



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de 2022**

1 Em 11 de agosto de 2022, reuniu-se ordinariamente a Unidade  
2 Regional Colegiada Alto São Francisco (URC ASF) do Conselho  
3 Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de  
4 videoconferência, conforme condições estabelecidas pela  
5 deliberação conjunta COPAM CRH nº 19/2020, de 24 de abril de  
6 2020. Participaram os seguintes membros titulares e suplentes:  
7 Presidente Kamila Esteves Leal, da Superintendência Regional de  
8 Meio Ambiente do Alto São Francisco - SEMAD. Representantes do  
9 Poder Público: Wellington Dias Silveira, da Secretaria de Estado  
10 de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Igor Messias  
11 da Silva, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico  
12 (SEDE); Karine Consuelo Cunha, da Secretaria de Estado de  
13 Educação (SEE); José Tadeu La Guardia, da Secretaria de Estado  
14 de Infraestrutura e Mobilidade (SEINFRA); Fúlvio Rodriguez Simão,  
15 da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG);  
16 Sandra Meire Guimarães, da Secretaria de Estado de  
17 Desenvolvimento Social (SEDESE); 1º Ten. Flávio Borges Silva, da  
18 Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG); José Hugo  
19 Rodrigues, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de  
20 Minas Gerais (CREA/MG); Lucas Silva e Greco, do Ministério  
21 Público do Estado de Minas Gerais (MPMG); Ana Luiza Silva  
22 Rodrigues, da Prefeitura de Pains. Representantes da Sociedade  
23 Civil: Túlio Pereira de Sá, Federação das Indústrias do Estado de  
24 Minas Gerais (FIEMG); Ivan Geraldo Borges, da Federação da  
25 Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG); Cinara  
26 Lucinei Mendes, da Federação das Associações Comerciais e  
27 Empresariais de Minas Gerais (FEDERAMINAS); Luís Henrique Silva  
28 Rodrigues, da Associação dos Mineradores de Pains, Arcos e  
29 região (AMPAR); Bruno Machado Kraemer, da Associação Pró  
30 Pouso Alegre (APPA); Regina Maria Bento, do Grupo Ação



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de 2022**

31 Renovadora (Grupo AR); Prof. Geraldo Tadeu Rezende Silveira, da  
32 Sociedade Mineira de Cultura (SMC/PUC Minas); Mauro César  
33 Cardoso Cruz, da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG);  
34 Leandro Eustáquio, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MG).  
35 **Assuntos em pauta. 1. EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**  
36 **BRASILEIRO** Presidente Kamila Esteves Leal: “Boa tarde,  
37 senhores Conselheiros. Boa tarde àqueles que nos assistem pelo  
38 YouTube. Boa tarde ao suporte. Informo que já temos quórum  
39 estabelecido para a nossa reunião. Eu convido a todos para  
40 ouvirmos juntos o Hino Nacional Brasileiro.” [Execução do Hino  
41 Nacional Brasileiro] Presidente Kamila Esteves Leal: “Na condição  
42 de Presidente desta sessão, declaro aberta esta reunião.  
43 Passaremos para o item 3 da pauta.” **3. COMUNICADO DOS**  
44 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Kamila  
45 Esteves Leal: “Eu pergunto a algum Conselheiro se tem algum  
46 comunicado ou algum assunto geral a ser tratado? Por favor se  
47 manifestar. Pode levantar a mão ou falar e se identificar.”  
48 Conselheiro Leandro Eustáquio: “Senhora Presidente?” Presidente  
49 Kamila Esteves Leal: “Sim, Sr. Leandro.” Conselheiro Leandro  
50 Eustáquio: “Muito obrigado pela palavra. Só quero demonstrar a  
51 minha gratidão em participar. Não sei se é a primeira vez depois  
52 da pandemia, mas eu fiquei um tempo sem participar das  
53 reuniões. Estou voltando agora e com muita gratidão e com muita  
54 satisfação. Minha família é de Dores de Indaiá. Eu comecei a  
55 lecionar na UNIPAC, hoje UNA, em Bom Despacho. Já lecionei na  
56 antiga FADOM. Tenho muitos amigos na Região Centro-Oeste,  
57 então é um prazer enorme fazer parte desta câmara. Eu  
58 aproveitei, como são assuntos gerais, entendi que era o momento  
59 correto. Muito obrigado.” Presidente Kamila Esteves Leal: “Muito  
60 obrigada, Sr. Leandro. Mais algum Conselheiro querendo se



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

61 manifestar, dar algum recado? Caso não tenha, nós iremos passar  
62 para o próximo item da pauta. Passemos para o item 4 da pauta.”  
63 **4. EXAME DA ATA DA 154ª RO DE 14/06/2022.** Presidente  
64 Kamila Esteves Leal: “Algum destaque? Alguma correção? Por  
65 parte dos Conselheiros? Peço que se manifestem. Pode levantar a  
66 mão ou falar e se identificar. Não havendo nenhuma sugestão de  
67 correção, vamos para a votação da ata. Pela SEAPA, Sr.  
68 Wellington Dias, como vota?” Conselheiro Wellington Dias Silveira:  
69 “De acordo.” Presidente Kamila Esteves Leal: “Ok. Muito obrigada.  
70 Pela SEDE, Sr. Igor Messias, como vota?” Conselheiro Igor Messias  
71 da Silva: “Aprovado.” Presidente Kamila Esteves Leal: “Obrigada.  
72 Pela SEE, Sra. Karine Consuelo, como vota?” Conselheira Karine  
73 Consuelo Cunha: “De acordo.” Presidente Kamila Esteves Leal:  
74 “Ok. SEINFRA está ausente. EPAMIG está ausente. Pela SEDESE,  
75 Sra. Sandra Meire, como vota? Senhora Sandra?” Conselheira  
76 Sandra Meire Guimarães: “Pela aprovação, desculpa.” Presidente  
77 Kamila Esteves Leal: “Pela SEDESE, ok. Obrigada, Sra. Sandra.  
78 Pela PMMG, 1º Tenente Flávio Borges, como vota?” Conselheiro 1º  
79 Tenente Flávio Borges Silva: “De acordo.” Presidente Kamila  
80 Esteves Leal: “Ok. Pelo CREA-MG, Sr. José Hugo, como vota?”  
81 Conselheiro José Hugo Rodrigues: Favorável à aprovação da ata.”  
82 Presidente Kamila Esteves Leal: Obrigada. Pelo MPMG, Doutor  
83 Lucas Silva, como vota?” Conselheiro Lucas Silva e Greco:  
84 Favorável à aprovação da ata.” Presidente Kamila Esteves Leal:  
85 Obrigada. Pela Prefeitura de Pains, Sra. Ana Luiza, como vota?”  
86 Conselheira Ana Luiza Silva Rodrigues: Favorável.” Presidente  
87 Kamila Esteves Leal: Obrigada. Pela FIEMG, Sr. Túlio Pereira,  
88 como vota?” Conselheiro Túlio Pereira de Sá: “Favorável.”  
89 Presidente Kamila Esteves Leal: “Obrigada. Pela FAEMG, Sr. Ivan  
90 Geraldo, como vota?” Conselheiro Ivan Geraldo Borges:



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

91 “Favorável.” Presidente Kamila Esteves Leal: Obrigada. “Pela  
92 FEDERAMINAS, Sra. Cinara, como vota? Cinara votou favorável  
93 pelo Chat. Pela AMPAR, Sr. Luís Henrique, como vota?”  
94 Conselheiro Luís Henrique Silva Rodrigues: “Favorável.”  
95 Presidente Kamila Esteves Leal: “Obrigada. Pela APPA, Sr. Bruno  
96 Machado, como vota?” Conselheiro Bruno Machado Kraemer:  
97 “Favorável, Presidente.” Presidente Kamila Esteves Leal:  
98 “Obrigada. Grupo AR está ausente. Associação Nordeste, Sr.  
99 Claiton Majela, como vota?” Conselheiro Claiton Majela da Silva  
100 Miranda: “Presidente, eu me abstenho. Eu não estava presente na  
101 última reunião.” Presidente Kamila Esteves Leal: “Ok. Só para  
102 conhecimento, Sr. Claiton. O senhor pode se abster, mas a gente  
103 informa que é importante que haja o conhecimento do que foi  
104 tratado na última reunião para que possa deliberar na votação.  
105 Pela PUC-MG, Sr. Professor Geraldo, como vota?” Conselheiro  
106 Professor Geraldo Tadeu Rezende Silveira: “Pela aprovação,  
107 Senhora Presidente.” Presidente Kamila Esteves Leal: “Obrigada.  
108 Pela UEMG, Sr. Mauro César, como vota?” Conselheiro Mauro  
109 César Cardoso Cruz: “Pela aprovação, Senhora Presidente.”  
110 Presidente Kamila Esteves Leal: “Obrigada. Pela OAB-MG, Sr.  
111 Leandro Eustáquio, como vota?” Conselheiro Leandro Eustáquio:  
112 “Senhora Presidente, apesar da ausência na última reunião, tomei  
113 informação do colega que participou em nome da Ordem,  
114 também fiz a leitura do que foi decidido, então sou pela  
115 aprovação.” Presidente Kamila Esteves Leal: “Ok. Obrigada. A ata  
116 aprovada com 16 votos. Tivemos uma abstenção. SEINFRA entrou.  
117 Eu pergunto como vota pela SEINFRA, o Sr. José Tadeu? Senhor  
118 José Tadeu, se o senhor estiver com dificuldades de falar, pode  
119 votar pelo chat.” Felipe, Secretaria Executiva: “Senhora  
120 Presidente, ele não conectou o áudio do Zoom, então ele não nos



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

121 escuta.” Presidente Kamila Esteves Leal: “Ah, sim. Ok. Vamos  
122 seguir. Temos a ata aprovada com 16 votos. Temos 1 abstenção  
123 e 3 ausências no momento da votação da ata. Passemos para o  
124 item 5. Eu pergunto, antes, se há alguém impedido ou suspeito  
125 na deliberação dos próximos itens? Caso tenha, favor se  
126 manifestar em qual item que não pode deliberar. Não temos  
127 nenhum impedido ou suspeito. Nós prosseguiremos da seguinte  
128 maneira: eu irei ler os itens que não sejam aqueles de retorno de  
129 vistas para a deliberação em bloco. Aqueles itens que tiverem  
130 vistas ou inscritos, eles não poderão ser votados em bloco. Então,  
131 no item 5, 5.1, há um retorno de vistas, então ele não será  
132 deliberado em bloco. Passaremos para o item 6, Processo  
133 Administrativo para exame de requerimento para Intervenção  
134 Ambiental de supressão de vegetação secundária em estágio  
135 médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica  
136 localizada em áreas prioritárias para a conservação da  
137 biodiversidade, não vinculados ao Licenciamento Ambiental:  
138 Presidente Kamila Esteves Leal: “Temos inscritos para este item,  
139 mas eu vou ler e perguntar se há pedido de vistas pelos  
140 Conselheiros ou algum destaque. 6.1 Pimenta Geração de Energia  
141 28 Ltda. - Linha de Transmissão de energia - Arcos/MG - PA/SEI/Nº  
142 2100.01.0078409/2021-91 - Tipo de intervenção: Supressão de  
143 cobertura vegetal nativa com destoca - Área Requerida: 0,5400  
144 ha e Corte de árvores isoladas nativas vivas - Área Requerida:  
145 1,8000 ha/63 indivíduos - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha -  
146 Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual (inserida área de  
147 aplicação da Lei da Mata Atlântica, Lei Federal 11.428/2006).  
148 Estágio de Regeneração: Médio. Apresentação: URFBio Centro  
149 Oeste. Nós temos inscritos para este item? Eu pergunto se algum  
150 Conselheiro quer fazer algum destaque ou pedir vistas desse



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

151 processo? Caso algum Conselheiro não esteja conseguindo se  
152 manifestar pode escrever no chat também. Não temos pedido de  
153 vistas e destaques pelos Conselheiros, mas nós temos inscritos,  
154 então esse processo não vai ser deliberado em bloco. Item 7.” **7.**  
155 **Processos Administrativos para exame de Recurso ao**  
156 **Indeferimento de Intervenção Ambiental: 7.1** Anselmo  
157 Martins de Almeida/Fazenda Pinduca, Gleba II - Nova Serrana/MG -  
158 PA/Nº 02010001141/19 - PA/SEI/Nº 2100.01.0037226/2021-24 /  
159 2100.01.0005037/2022-04 - Tipo de Intervenção: Regularização  
160 de supressão de cobertura vegetal nativa com destoca - Área  
161 Requerida: 13,7500 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha -  
162 Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual. Estágio de  
163 Regeneração: Médio. Apresentação: URFBio Centro Oeste.  
164 Presidente Kamila Esteves Leal: “Não temos inscrito neste item.  
165 Pergunto aos Conselheiros se têm algum destaque ou pedido de  
166 vistas para este item, 7.1.” Conselheiro Ivan Geraldo Borges:  
167 “Gostaria pedido de vistas.” Presidente Kamila Esteves Leal: “Sim.  
168 Ok. Pedido de vistas pela FAEMG. Mais algum Conselheiro quer  
169 acompanhar o pedido de vistas?” Conselheiro Leandro Eustáquio:  
170 “Sim, Senhora Presidente. Em nome da OAB, eu quero  
171 acompanhar a FAEMG no pedido de vistas 7.1. Já me adiantando,  
172 também farei pedido de vistas no próximo.” Presidente Kamila  
173 Esteves Leal: “Ok. Mais algum outro Conselheiro?” Conselheiro  
174 Túlio Pereira de Sá: “Também pedido de vistas conjunto com a  
175 OAB e FAEMG.” Presidente Kamila Esteves Leal: “Ok. Mais  
176 algum?” Conselheira Cinara Mendes: “Pedido de vistas também  
177 para o 7.1 e para o 7.2, por favor.” Presidente Kamila Esteves  
178 Leal: “Ok, Cinara. Mais algum outro Conselheiro quer acompanhar  
179 os pedidos de vistas? Não havendo mais algum Conselheiro,  
180 então passarei para o próximo item. Esse item, ele não tem



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de 2022**

181 inscritos, mas tem pedido de vistas, então ele não vai ser  
182 deliberado nesta reunião. Item 7.2. Eu vou ler, mas já sabemos  
183 que temos já pedido de vistas para esse. Mas eu vou perguntar  
184 novamente, caso algum Conselheiro também queira acompanhar  
185 os pedidos de vistas. Item **7.2** Anselmo Martins de  
186 Almeida/Fazenda Pinduca, Gleba II - Nova Serrana/MG - PA/Nº  
187 02010000191/20 - PA/SEI/Nº 2100.01.0037232/2021-56 /  
188 2100.01.0004958/2022-03 - Tipo de Intervenção: Regularização  
189 de supressão de cobertura vegetal nativa com destoca - Área  
190 Requerida: 8,2500 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha -  
191 Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual. Estágio de  
192 Regeneração: Médio. Apresentação: URFBio Centro Oeste. Já  
193 adiantou que a OAB e a FEDERAMINAS, não é, que pediu vistas  
194 nesse. Mais algum conselheiro quer acompanhar o pedido de  
195 vistas do item 7.2?" Conselheiro Ivan Borges: "Ivan Borges,  
196 FAEMG." Presidente Kamila Esteves Leal: "Ok, Sr. Ivan, FAEMG.  
197 Mais algum outro?" Conselheiro Túlio Pereira de Sá: "Túlio,  
198 FIEMG." Presidente Kamila Esteves Leal: "FIEMG. Mais algum  
199 outro Conselheiro? Esse processo ele não tem inscritos, mas nós  
200 também, como tem pedido de vistas, então ele não será  
201 deliberado nesta reunião." Presidente Kamila Esteves Leal:  
202 "Retornemos então. Sim." Carolina, Secretaria Executiva: "O Igor,  
203 da SEDE, está com a mão levantada." Presidente Kamila Esteves  
204 Leal: "Ah, desculpe." Conselheiro Igor Messias da Silva:  
205 "Presidente, eu gostaria de me declarar suspeito no Item 6, como  
206 ele não foi votado ainda, porque, não da forma como ele está  
207 apresentado, mas no decorrer das discussões pode ser necessário  
208 alguma intervenção, então, por isso, eu já gostaria de declarar  
209 que não vou votar nesse processo. Está bom?" Presidente Kamila  
210 Esteves Leal: Ok. Senhor Igor, da SEDE, muito obrigada. Item 6.1,



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

211 não é? O senhor não vai se manifestar.” Conselheiro Igor Messias  
212 da Silva: “Exato. Obrigado.” Presidente Kamila Esteves Leal: “Ok.  
213 Mais algum Conselheiro? Desculpe se eu não verifiquei se tinha  
214 alguém de mão levantada. Observando aqui não temos mais  
215 nenhum. Nenhum comentário no chat. Nenhum Conselheiro que  
216 queira falar, então nós vamos retornar para o item 5.1.” **5.**  
217 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO AO**  
218 **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO**  
219 **AMBIENTAL: 5.1** Bambuí Bioenergia S.A. - Destilação de álcool;  
220 Geração de bioeletricidade sucroenergética; Fabricação de  
221 fermentos e leveduras - Bambuí/MG - Licença de Operação -  
222 PA/Nº 10336/2006/006/2013 - Processo Híbrido SEI/Nº  
223 1370.01.0061117/2021-81 - Classe 5. Apresentação: Supram ASF.  
224 RETORNO DO PEDIDO DE VISTAS pelos Conselheiros Edécio José  
225 Cançado Ferreira representante da Federação da Agricultura e  
226 Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg), Gustavo Ferreira  
227 Carvalho representante da Ordem dos Advogados do Brasil  
228 (OAB/MG), Túlio Pereira de Sá representante da Federação das  
229 Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). Presidente Kamila  
230 Esteves Leal: “Nós temos inscritos para este item 5.1? Temos três  
231 inscritos, mas nós temos o retorno de vistas pela FAEMG, OAB e  
232 FIEMG. Então, primeiramente, eu vou pedir aos Conselheiros que  
233 se manifestem, do pedido de vistas, do retorno, para que,  
234 posteriormente, a gente abra para os inscritos. Qual Conselheiro  
235 vai falar primeiro? FAEMG, OAB ou FIEMG? Por favor.” Conselheiro  
236 Túlio Pereira de Sá: “Eu vou fazer um breve relato aqui,  
237 inicialmente. Vou pedir desculpa por não estar ligando a minha  
238 câmera aqui porque a internet aqui ela está oscilando muito,  
239 então, se eu ligar a câmera pode ser que tenha algum  
240 travamento. Esse processo ele foi pautado na reunião do dia





**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

241 14/06, retornando hoje com o nosso relato de vistas. É um pedido  
242 de arquivamento de um processo relativo a uma LO, por tese. E o  
243 motivo do arquivamento foi por não ter respondido dentro do  
244 prazo o pedido de informações complementares adicionais. Esse  
245 processo, inicialmente, ele foi pautado em 2013 em uma reunião.  
246 Na época, foi retirado de pauta e solicitado informações  
247 complementares logo após essa retirada de pauta do processo.  
248 Então, após 8 anos do processo, nós estamos em 2022, o  
249 arquivamento em 2021, o arquivamento foi determinado, e o  
250 empreendedor entrou com recurso sobre esse arquivamento. E as  
251 informações complementares foram 7 informações  
252 complementares solicitadas. E, dentre elas, estava a informação  
253 complementar referente ao AVCB. Eu acho que todos os  
254 Conselheiros devem ter avaliado. A gente anexou junto com o  
255 parecer a questão das informações. Entre elas tinha o AVCB. E em  
256 virtude das dificuldades do AVCB, foi feita a solicitação por parte  
257 do empreendedor para prorrogação dessas informações  
258 complementares. O que houve é que em um documento, onde  
259 era solicitado informações complementares, estava expresso a  
260 menção onde a documentação ela deveria ser entregue em sua  
261 totalidade. Então, mesmo o empreendedor, as demais  
262 informações complementares serem informações mais fáceis de  
263 serem executadas, o empreendedor, estando elas dentro do  
264 prazo, ele não as entregou porque entendia-se que tinha que ser  
265 entregue todas, conforme o ofício que estava sendo orientado, e  
266 o AVCB, que era informação primordial que dependia do Corpo de  
267 Bombeiros para estar emitindo a documentação, ela não estava  
268 saindo. Então, as informações complementares eram para ser  
269 entregues em 2013 e foram entregues praticamente um ano  
270 depois por esse motivo. Assim que o AVCB saiu, as informações



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

271 complementares elas foram entregues em sua totalidade  
272 cumprindo a solicitação do órgão ambiental. Uma coisa que vale  
273 ressaltar é que o empreendimento ele operava com a cobertura  
274 do AVCB na sua área industrial e equipamentos existentes. O  
275 novo AVCB era apenas para poder destinar a parte acobertando a  
276 ampliação pleiteada nessa solicitação do empreendedor. Outro  
277 ponto específico que a gente coloca é que a documentação  
278 exigida de informações complementares elas tinham que ser  
279 entregues na totalidade, como eu disse, via ofício, estava descrito  
280 no pé do ofício do empreendedor. Então, a nós que estamos  
281 assinando esse relatório, a gente não entende ser aceitável que  
282 um processo que foi paralisado por 8 anos e que antes ele havia  
283 sido pautado para a reunião para deferimento à época antes de  
284 ser retirado, ser arquivado pela questão do entender que o prazo  
285 de apresentação das informações complementares não foi  
286 cumprido. Então, a gente entende que, sendo que foi taxativo no  
287 próprio documentação, que essas informações elas tinham que  
288 ter sido entregues em sua totalidade, entregues tudo igual. Então,  
289 a gente não tem a necessária de segurança para acompanhar a  
290 posição adotada pelo órgão, pela equipe da SUPRAM,  
291 especialmente um momento tão atípico como esse que a gente  
292 vivencia, em relação à questão de pandemia. Visando a questão  
293 da economia processual em todos os aspectos, a gente  
294 recomenda que seja dada a continuidade na análise do processo.  
295 Então, a gente não está pedindo para deferir ou indeferir o  
296 processo em questão. A gente solicita que haja o  
297 desarquivamento do processo e que a análise continue sendo  
298 feita pelo órgão que entendemos ser plausível esse ponto. Esse é  
299 o nosso parecer. Não sei se o Leandro ou o Ivan querem  
300 completar mais algum ponto.” Conselheiro Leandro Eustáquio:



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

301 “Conselheiro Túlio, faço minhas as suas palavras. Sem maiores  
302 ressalvas.” Conselheiro Ivan Geraldo Borges: “Túlio, as minhas  
303 palavras também só reiteram o que você já falou aí.” Presidente  
304 Kamila Esteves Leal: “Ok. Os Conselheiros, então, da OAB e da  
305 FAEMG, eles reiteraram a palavra do Sr. Túlio, da FIEMG. É isso  
306 mesmo, não é? Não querem complementar mais nada não, não é?  
307 Ok. Nós temos três inscritos para este item, mas, se necessário,  
308 eu gostaria de saber se os inscritos querem se manifestar? Eu vou  
309 chamar pela ordem, Sr. Claudemir Lima. O senhor quer se  
310 manifestar? Senhor Claudemir? Então, Sr. Jadir Silva. O senhor  
311 quer se manifestar?” Jadir Silva, Representante do Empreendedor:  
312 “Não. Só se houver alguma necessidade de alguns nossos  
313 esclarecimentos. É o Jadir que está falando. No mais, não tenho  
314 manifestação a fazer mesmo porque o parecer de vista aí está  
315 bastante claro da necessidade que a gente tem de que o  
316 processo seja realmente desarquivado. Eu agradeço a todos e  
317 estou à disposição.” Presidente Kamila Esteves Leal: Eu vou  
318 chamar o terceiro inscrito e vou informar aos inscritos o momento  
319 de fala é agora, então, caso os inscritos queiram falar  
320 posteriormente, não será possível. Então, caso os senhores  
321 queiram, de acordo com o estatuto, a gente tem 5 minutos para  
322 cada inscrito, podendo ser prorrogado e deliberado pelo conselho.  
323 Então, os inscritos eles têm esse momento de fala. Eu vou  
324 chamar o Sr. Paulo Mafra e depois eu chamo novamente o Sr.  
325 Claudemir, se ele quiser falar. Senhor Paulo Mafra, o senhor quer  
326 falar alguma coisa? Que se manifestar?” Carolina, Secretária  
327 Executiva: “Ele não está na sala, Senhora Presidente.” Presidente  
328 Kamila Esteves Leal: “Ah, sim. O Sr. Paulo Mafra não está, ok. O  
329 Sr. Claudemir, eu vou voltar no Sr. Claudemir só para confirmar  
330 se ele quer se manifestar. Senhor Claudemir.” Claudemir Lima,



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de 2022**

331 Representante do Empreendedor: “Sim. Por favor.” Presidente  
332 Kamila Esteves Leal: “Ok. Então o senhor tem, eu vou pedir para  
333 colocarem o cronômetro. O senhor tem 5 minutos para se  
334 manifestar, caso precise de mais, eu posso conceder mais um  
335 minuto ao senhor. E, posteriormente, podemos deliberar mais 5  
336 pelo conselho. Pode iniciar” Claudemir Lima, Representante do  
337 Empreendedor: “Boa tarde, Senhora Presidente e demais  
338 Conselheiros. Como já foi salientado aí pelos Conselheiros Túlio e  
339 demais Conselheiros que pediram vistas, este processo é um  
340 processo de LO. Uma ampliação do processo produtivo da  
341 empresa foi formalizada em abril de 2013. Devido necessidades  
342 da empresa, foi solicitada uma autorização provisória para a  
343 operação na época, que foi expedido em maio de 2013. Só que no  
344 momento da formalização do processo e até o momento em que  
345 esse processo foi pautado, no momento não constava no fórum e  
346 em momento algum foi nos solicitado o AVCB. Importante  
347 mencionar que o empreendimento ele já tinha um AVCB da  
348 primeira fase de instalação. Só que esse AVCB ele contemplava  
349 somente aqueles equipamentos iniciais e não equipamentos da  
350 ampliação. Então, até o momento da análise do processo que ele  
351 foi pautado não foi nos solicitado. Posteriormente, em junho de  
352 2013, esse processo foi retirado de pauta e foi solicitado  
353 posteriormente algumas informações complementares, como foi  
354 falado aí pelo Conselheiro Túlio, dentre elas o AVCB. Isso foi nos  
355 solicitado em 4 de junho, nos concedendo 60 dias de prazo. Mas,  
356 como é sabido, há uma necessidade de uma vistoria do Corpo de  
357 Bombeiros. Então, desses 60 dias iniciais, nós não conseguimos.  
358 Essa vistoria não foi feita. Diante disso, em 2 de agosto de 2013,  
359 nós solicitamos prorrogação deste prazo para ver se o pessoal da  
360 corporação vinha aqui fazer a vistoria, o que não conseguimos.



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

361 Solicitamos à SUPRAM, que nos respondeu em outubro de 2013  
362 concedendo 60 dias do pedido inicial. E, em dezembro de 2013, a  
363 corporação esteve aqui fazendo a vistoria e eles encontraram  
364 inúmeras adequações que seriam necessárias. E em 18 de  
365 dezembro de 2013, o empreendimento aqui ele protocolou na  
366 SUPRAM um ofício com todo esse histórico, com toda essa  
367 descrição das ações da empresa mostrando a dificuldade dessa  
368 questão da vistoria, da demanda de tempo. Foi protocolado esse  
369 ofício da SUPRAM dando ciência sobre essa situação, sendo que  
370 esse ofício não foi respondido. E essa vistoria só foi realizada, a  
371 nova vistoria, em julho de 2014, que foi quando foi emitido o  
372 AVCB. É importante frisar, conforme foi falado aqui, que essas  
373 informações complementares que eram 7, 6 delas nós já  
374 tínhamos dentro dos 60 dias iniciais essas informações prontas  
375 para serem apresentadas ao órgão ambiental, mas conforme  
376 descrito no ofício, nos dois ofícios, essas informações só poderiam  
377 ser apresentadas em sua totalidade. Isso, então, nos impediu de  
378 apresentar parcialmente essas informações complementares. E  
379 diante dessa demanda de tempo da corporação do Corpo de  
380 Bombeiros, e aqui não é uma crítica, mas dentre as suas  
381 dificuldades lá e tal, eles estiveram aqui em julho de 2014 e só  
382 então nós completamos, vamos dizer assim, todas as 7  
383 informações complementares que foram apresentadas em julho  
384 de 2014. Posto que, dentro desse tempo não houve nenhum  
385 prejuízo ambiental, nenhum dano ambiental. As condicionantes  
386 foram todas cumpridas como está aí no processo. E, a partir  
387 desse momento, não houve mais, vamos dizer assim, uma  
388 manifestação do órgão.” Presidente Kamila Esteves Leal: “Ok.  
389 Senhor Claudemir, é que o tempo do senhor se esgotou. Vou  
390 conceder mais um minuto pela Presidência. E vou já perguntar



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

391 aos Conselheiros se eles concedem mais 5 minutos para a gente  
392 já deliberar e colocar em votação aqui. Nós já colocamos os 6  
393 minutos. Senhores Conselheiros, os senhores aprovam conceder 5  
394 minutos para o Sr. Claudemir se manifestar?” Conselheiro  
395 Leandro Eustáquio: “OAB, sim.” Presidente Kamila Esteves Leal:  
396 “Por favor, se manifestar.” Conselheiro Túlio Pereira de Sá: “De  
397 acordo.” Presidente Kamila Esteves Leal: “Por favor, eu peço.  
398 FIEMG de acordo. FAEMG de acordo. OAB.” Conselheiro Professor  
399 Geraldo Tadeu Rezende Silveira: “PUC Minas, de acordo.”  
400 Presidente Kamila Esteves Leal: “Ok. OAB.” Conselheira Karine  
401 Consuelo Cunha: “SEE de acordo.” Presidente Kamila Esteves Leal:  
402 “Ok.” Conselheiro Leandro Eustáquio: “OAB, sim.” Presidente  
403 Kamila Esteves Leal: “Ok. No chat também tivemos de acordo  
404 aqui, então eu vou conceder. A maioria já se pronunciou. Então  
405 nós vamos conceder aqui 6 minutos no total. Pode iniciar. Senhor  
406 Claudemir, pode falar.” Claudemir Lima, Representante do  
407 Empreendedor: “Ok. Obrigado a todos. Então, em síntese,  
408 resumindo aqui, dentre desse breve histórico que eu apresentei, é  
409 que o empreendimento ele sempre foi transparente junto ao  
410 órgão ambiental sobre as ações que estava tomando para que  
411 fosse possível o cumprimento tempestivo do item 2 dos ofícios,  
412 de informação complementar que foram enviados, que se refere  
413 ao AVCB. Dessa forma, foi justificado, principalmente nesse ofício  
414 protocolado lá em dezembro de 2013, todas as justificativas do  
415 porquê que a empresa até aquele momento não havia  
416 conseguido atender essa solicitação do órgão. Tão logo foi feita a  
417 vistoria do Corpo de Bombeiros, imediatamente houve o protocolo  
418 ali dessas informações complementares. E frisando aqui,  
419 retomando, como eu disse anteriormente, as condicionantes  
420 estavam cumpridas. O sistema de controle ambiental todos



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

421 instalados, então, por isso até foi emitido a autorização provisória  
422 para operação da empresa. E agora, no final de 2021, nós fomos  
423 informados sobre a decisão do arquivamento deste processo pelo  
424 órgão ambiental, o qual se baseou nessa questão da entrega  
425 intempestiva das informações complementares. É importante  
426 frisar que, como eu disse, a gente, é importante salientar este  
427 ponto, que a empresa ela tentou, sim, fizemos reuniões com a  
428 superintendência da época. Nós indagamos isso sobre a  
429 possibilidade de entregar parcialmente a documentação dos  
430 outros 6 itens de informações complementares, mas como está  
431 registrado nos ofícios, isso só seria possível, a entrega dessa  
432 documentação, em sua totalidade, então, obrigatoriamente a  
433 empresa teve que aguardar a vistoria do Corpo de Bombeiros.  
434 Isso sendo informado ao órgão ambiental, como eu já disse,  
435 justificado. Só então na dependência dessa assessoria do Corpo  
436 de Bombeiros, nós conseguimos posteriormente entregar,  
437 apresentar as informações complementares. Resta dizer que,  
438 como eu já mencionei, neste período a empresa sempre operou  
439 regularizada. E, conforme consta no parecer, questões de  
440 indisponibilidade de matéria-prima, essas questões, até hoje nós  
441 estamos operando dentro da faixa da LO inicial nossa que se  
442 encontra em período de regularização. Isso foi atestado pela  
443 Polícia Militar que esteve aqui fazendo uma fiscalização após a  
444 decisão do arquivamento. Isso foi comprovado também por uma  
445 vistoria da SUPRAM que esteve aqui no dia 8 de julho deste ano  
446 de 2022. A vistoria do processo de revalidação da Licença de  
447 Operação, que a servidora que aqui esteve comprovou isso, que  
448 estamos operando ainda dentro do limite da nossa primeira  
449 licença que se encontra em revalidação. Mais importante para  
450 empresa neste momento, conforme os cronogramas de produção,



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

451 os cronogramas agrícolas, que este processo da ampliação seja  
452 desarquivado. Seja aqui analisada essa nossa argumentação e  
453 seja desarquivado para que possamos operar, conforme o nosso  
454 cronograma, nosso planejamento, esta ampliação a partir da  
455 próxima safra. Em síntese, seria isso que nós, como  
456 empreendimento aqui, queremos informar e colocar, salientando  
457 que a empresa sempre foi transparente e sempre todas as suas  
458 ações foram informadas e justificadas junto ao órgão ambiental.  
459 Seria essa a nossa fala. Eu agradeço a todos pela oportunidade.”  
460 Presidente Kamila Esteves Leal: “Ok. Obrigada, Sr. Claudemir. O  
461 Sr. Paulo Mafra, que eu havia chamado, ele não está, não é? Eu  
462 ainda não vi o nome dele aqui, então acredito que ele não entrou,  
463 não é? Porque eu iria perguntar se ele quer se manifestar neste  
464 momento. Tentamos falar com o Sr. Paulo, mas nós não  
465 conseguimos. Então, primeiro eu vou perguntar aos Conselheiros  
466 se querem fazer alguma manifestação nesse momento antes de  
467 eu passar a palavra para a equipe da SUPRAM ASF. Não verifiquei  
468 nenhuma manifestação aqui de algum Conselheiro, então eu vou  
469 passar a palavra para a SUPRAM ASF. Vou chamar o Wagner, da  
470 SUPRAM ASF, da parte técnica, para ele se manifestar. Por favor,  
471 Wagner, a palavra é sua.” Wagner Marçal de Araújo,  
472 DRRA/SUPRAM ASF: “Boa tarde a todos. Inicialmente, esse  
473 processo em 2013, ele passou por uma análise, um técnico da  
474 SUPRAM mesmo. E, naquela época foi, sim, para julgamento, para  
475 deferimento do processo. E foi retirado de pauta e foi solicitada  
476 algumas informações complementares após isso. Atualmente, em  
477 2021, esse processo veio até a minha mão para análise. E  
478 inicialmente eu não era gestor desse processo em 2013. Era um  
479 outro gestor que hoje acredito que nem esteja mais na SUPRAM.  
480 Então, eu peguei esse processo para pegar a análise e fui





**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

481 acompanhar o que foi que aconteceu com o processo. Juntamente  
482 eu fui analisar as últimas e iniciar a análise das informações  
483 complementares apresentadas e a primeira coisa que a gente  
484 busca é a legalidade de contar o prazo e o trâmite do processo. A  
485 gente vai buscar saber se foi atendido dentro dos prazos que o  
486 decreto na época que era em vigor, 48.444, mencionava. E eu me  
487 deparei que não. Que as informações complementares foram  
488 entregues 7 meses depois do prazo que a gente estipulou via  
489 ofício. Eu só quero deixar claro que toda essa discussão não gera  
490 só em torno do AVCB. O processo em si, ele foi arquivado porque  
491 as outras 6 informações complementares não foram  
492 apresentadas. Antes do prazo se esgotar, o empreendedor já  
493 apresentou que tinha protocolado no Corpo de Bombeiros o  
494 projeto. Só com isso na SUPRAM isso bastaria para nós, porque a  
495 gente sabe como que é o trâmite no Corpo de Bombeiros. A gente  
496 sabe qual que é o prazo deles. E o empreendedor não tem como  
497 fazer nada. Ele depende de um outro órgão, então, assim, só com  
498 o projeto para nós bastaria. Só que, naquele momento daquele  
499 protocolo, não foi apresentado o restante da documentação. E o  
500 restante da documentação foi apresentado 7 meses depois com o  
501 certificado de AVCB em mãos. Quando os Conselheiros falam que,  
502 e realmente isso está descrito no ofício de informação  
503 complementar, que a entrega é em sua totalidade, a entrega, sim,  
504 tem que ser em sua totalidade, entretanto, dentro do prazo legal.  
505 O prazo legal que é estipulado de acordo com o Decreto 48.444 e  
506 que não foi aceito. Não foi feito. Ele foi apresentado após esse  
507 prazo. Eu, como gestor desse processo, não entrei no mérito das  
508 documentações que foram apresentadas justamente por isso.  
509 Porque quando a gente percebe que a documentação não foi  
510 apresentada dentro do prazo, com a legalidade quanto ao prazo,



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

511 a gente não consegue mais andar com o processo. Eu falo assim,  
512 nós como técnico aqui da SUPRAM, nós não gostamos, na  
513 verdade, de pegar um processo e arquivar ele. A gente tem uma  
514 lei. A gente tem um decreto. A gente tem uma legislação que a  
515 gente deve seguir. E eu, como técnico, como gestor, a gente  
516 seguiu simplesmente a legislação. Então, a legislação dá um  
517 prazo máximo de 120 dias para o empreendedor apresentar toda  
518 a documentação em sua totalidade, como eu disse, dentro do  
519 prazo legal. Eu acho que o Márcio, até como jurídico, pode me dar  
520 até uma mão quanto a esse prazo legal.” Presidente Kamila  
521 Esteves Leal: “Obrigada, Wagner. Senhor Túlio, da FIEMG, eu só  
522 vou pedir para o senhor aguardar, porque eu vou pedir ao Márcio,  
523 que irá falar pela SUPRAM ASF também, para complementar a  
524 fala do Wagner. Aí, depois o senhor pode se manifestar ou se  
525 quiser fazer algum questionamento à SUPRAM também. O senhor  
526 e os outros Conselheiros. Obrigada.” Márcio Muniz, DRCP/SUPRAM  
527 ASF: “Espero que possam me ouvir bem. Eu tive alguns  
528 problemas aqui com a internet. Pois então, acho que o Wagner  
529 explanou muito bem o histórico desse processo. O relato de vista  
530 também já traz isso. É um processo que, de fato, foi formalizado  
531 em 2013 e que teve todo seu transcurso em uma análise inicial  
532 que, em dado momento, foi levado para ser avaliado pelo  
533 conselho. Todavia, naquela ocasião isso foi deliberado no próprio  
534 conselho, e verificou-se que aquele processo não tinha condições,  
535 do modo como estava, de ser pautado. Dentre essas pendências  
536 que foram ali identificadas e foram levantadas à época pelo  
537 algum dos conselhos, estava a questão do AVBC, mas todo  
538 contexto não se cinja, não se resume somente a necessidade  
539 desse auto do Corpo de Bombeiros. O processo ele retornou para  
540 que fossem feitas novas exigências. No caso, ele retornou para



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

541 uma análise para adequação. Do contrário, naquela ocasião, esse  
542 processo poderia ter uma reversão para que houvesse aí o  
543 indeferimento ou, talvez, voltasse para arquivamento se fosse o  
544 caso a situação. Mas o que ocorreu? Foi uma nova análise e saiu  
545 dali um novo pedido de informações complementares. Esse ofício  
546 de informações complementares, ele pediu, sim, a regularidade  
547 perante ao Corpo de Bombeiros, já que pela tipologia do que  
548 estava sendo, do que estava se buscando regularizar, exigia pelo  
549 menos essa segurança e para aqueles que frequentam o conselho  
550 há mais tempo sabem que dado um momento era um item que se  
551 exigia para quase todo o empreendimento. Mas tem ali também a  
552 necessidade de ele, por exemplo, tinha que apresentar questões  
553 relacionadas ao balanço hídrico. Não podemos esquecer do tipo  
554 de atividade que consome realmente um grande consumo de  
555 água. Tinha algumas publicações para serem apresentadas. Ali  
556 também se exigia a demonstração de manutenção e conservação  
557 de estradas de sinais. Tinha que ser demonstrada ainda o  
558 cumprimento de uma condicionante de um adendo do parecer  
559 único da licença, que tratava do programa de automonitoramento  
560 de águas subterrâneas. Então assim, foram 7 itens que a empresa  
561 deveria atender por meio de informações complementares. Isso  
562 foi encaminhado e recebido por ela, salvo engano, em junho de  
563 2013. E no final desse prazo ela solicitou a prorrogação dizendo  
564 basicamente que dependia do AVCB, mas silenciou ou nada falou  
565 sobre os demais itens. E como o Wagner já colocou, o ofício foi  
566 claro que realmente deveria apresentar todos os itens de forma  
567 plena no prazo legal. Foi concedida a prorrogação da  
568 apresentação dessas ICs por mais 60 dias. O prazo se findava,  
569 salvo engano, por volta de dezembro. E, dali em diante, só houve  
570 petições falando do transcurso do AVCB junto ao Corpo de



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de 2022**

571 Bombeiros. Todavia, nada se falava do restante das informações  
572 que deveriam ser apresentadas naquele prazo que foi concedida  
573 a prorrogação. A espelho disso, o próprio Decreto 47.383, que  
574 está em vigor agora, ele traz situações em que há a possibilidade  
575 de sobrestar o processo um prazo maior, além daqueles 60 mais  
576 60, em situações específicas, geralmente quando os estudos  
577 ambientais exigem um prazo maior do que esse predeterminado.  
578 Naquela ocasião, e o que registra o processo lá no Decreto  
579 48.444, que foi revogado pelo atual decreto agora, ele tinha uma  
580 previsão também da possibilidade de sobrestar o processo. Era  
581 mais voltado a estudos, mas tinha a possibilidade de sobrestar  
582 desde que, e isso foi replicado na atual norma que se (áudio ruim)  
583 mínimo, o que não foi feito nesse processo. Não há nenhum  
584 cronograma em execução, nenhuma previsibilidade. Tão somente  
585 se falava que estava se buscando, mas que isso não era claro  
586 como é que ficava as demais, os demais itens aí que deveriam ser  
587 apresentados. Até porque esses outros itens que se pedia  
588 precisaria saber e analisar o mérito dele para ver realmente como  
589 é que estava a questão ambiental desse empreendimento. Então,  
590 assim, a leitura que se deve fazer é que quando se apresenta na  
591 totalidade de informações, é dentro daquele prazo, a grosso  
592 modo, 120 dias. Isso já contando a eventual prorrogação que  
593 pode ser concedida ou não. E, de toda forma, um outro  
594 argumento que se diz: 'ah, que é um processo que infelizmente  
595 foi em 2013 e tinha 8 anos transcorrendo no órgão ambiental',  
596 bom, a própria história desse processo demonstra que ele, por  
597 mais, quem for pegar o processo, aliás, teve mais de um ofício,  
598 verifique quando o órgão pede essas informações  
599 complementares, ele busca o quê? Realmente adequá-lo para que  
600 haja uma decisão e a gente espera que que favorável a



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

601 concessão da licença. Não foi esse caso. Mandaram-se ofícios.  
602 Não foram apresentados totalmente. Levou-se um processo  
603 naquela oportunidade que não estava adequado. O próprio  
604 conselho notou isso e não aceitou que fosse pautado. Então, ele  
605 voltou para análise do órgão ambiental. Processos antigos e  
606 talvez que demandam um longo tempo aí, muitas das vezes, o  
607 que é apresentado para basear na análise do órgão ambiental é  
608 insuficiente ou, então, têm pontos que ficam a desejar, o que  
609 seria o envio desses ofícios. E, com isso, se posterga o  
610 andamento desse processo. Então, quando se fala que talvez seja  
611 contraproducente, talvez, arquivar um processo agora, mas em  
612 certas situações e esse processo que se espera na análise desses  
613 autos é que processos antigos em que tiveram vários ofícios  
614 buscando a regularidade dele, mas que não se teve, tornam-se  
615 mais conflagrados, mais complexas do que um novo processo bem  
616 instruído. Então, essa máxima de que processos antigos e mantê-  
617 lo para chegar à uma decisão, ela nem sempre há valha. E  
618 infelizmente é o caso que nós temos aqui trazendo para os  
619 Senhores Conselheiros avaliarem. Por derradeiro, a gente lembra  
620 que também tinha uma nota jurídica orientando a SEMAD, salvo  
621 engano, a nota jurídica 03 de 2013, se eu não estiver enganado.  
622 Ela está citada no parecer, que ela fala da situação também de  
623 haver uma suspensão de prazo. Mas traz casos bem específicos  
624 para que isso pudesse acontecer que não é o caso do processo do  
625 Bambuí Bioenergia. Então, assim, essa é a complementação que  
626 nós estamos trazendo para que os senhores pudessem avaliar  
627 também. E estamos aqui à disposição para outros eventuais  
628 esclarecimentos.” Presidente Kamila Esteves Leal: “Obrigada,  
629 Márcio. Senhor Túlio, o senhor da FIEMG está com a mão  
630 levantada. O senhor quer se manifestar, fazer algum



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

631 questionamento à SUPRAM? O senhor está com a palavra.”  
632 Conselheiro Túlio Pereira de Sá: “Só algumas observações em  
633 relação às falas. Eu entendo a questão do posicionamento, a fala  
634 do Márcio, a fala do Wagner, mas a gente tem que entender o  
635 seguinte, como o próprio empreendedor disse, à época ele fez  
636 reuniões com os representantes da SUPRAM. Conversou sobre a  
637 situação atual. E, na época da reunião, foi esclarecido que, assim  
638 como está escrito no ofício das informações complementares,  
639 teriam que ser entregues em sua totalidade. Entendo também a  
640 questão, igual o Wagner disse, que o AVCB era um caso que ao  
641 órgão independe do próprio empreendedor, que tem um terceiro,  
642 mas, então, também entendo que poderia ter solicitado essa  
643 informação à parte das demais e na época de reunião o próprio  
644 órgão ambiental ter autorizado o empreendedor entregar as  
645 demais informações complementares. Sobre a questão da  
646 retirada de pauta. Aí, eu não sei se estou em dúvida, mas se à  
647 época o processo foi avisado pré-reunião para o empreendedor  
648 que seria retirado de pauta, os Conselheiros em si, não sei se  
649 houve manifestação desses Conselheiros sobre essa retirada ou  
650 se foi uma solicitação dos próprios Conselheiros. Outro ponto em  
651 questão também que eu queria dizer é justamente em relação às  
652 informações complementares. Foram 7 informações  
653 complementares que no nosso entendimento quando a partir do  
654 relato de vistas, entendemos que são informações  
655 complementares que elas não vieram a questão do impacto  
656 ambiental em relação ao processo. Essas informações  
657 complementares até posso ler algumas aqui que é igual o próprio  
658 Márcio falou: apresentar publicação de concessão de LI;  
659 apresentar balanço hídrico atual com a previsão para ampliação;  
660 apresentar o cronograma do sistema de drenagem pluvial da



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

661 unidade industrial; a justificativa de uma condicionante que não  
662 havia sido cumprida; um plano de manutenção e conservação de  
663 estradas vicinais; e uma planilha sobre a questão das  
664 propriedades. Então, assim, no nosso entendimento, enquanto  
665 Conselheiros e retorno de vista, entendemos que um processo  
666 que tinha sido pautado para uma reunião à época com parecer  
667 favorável ao deferimento, ou seja, os estudos primordiais já  
668 tinham sido analisados. As informações complementares  
669 solicitadas pós-retirada de pauta, elas não impactariam em  
670 relação aos estudos apresentados anteriormente. Então, na nossa  
671 opinião, pedir, solicitar o desarquivamento do processo é  
672 justamente por serem 7 informações complementares e a parte  
673 primordial que seriam os estudos já terem sido analisados e  
674 deferidos anteriormente pelo órgão ambiental, não trariam  
675 impacto no processo poder desarquivar e analisar essas 7  
676 informações complementares. Inclusive, à época, elas foram  
677 entregues no ano posteriormente. Como eu falei, ou existem  
678 questões de interpretação se você tem um ofício dizendo que  
679 teria que ser entregues em sua totalidade. Existe a interpretação  
680 dos 120 dias igual o Márcio falou da totalidade que era  
681 prorrogação do prazo. O empreendedor alega ter cumprido dentro  
682 do prazo, só não ter entregue a comprovação devido a essa  
683 confusão que houve com o AVCB. A solicitação de prorrogação  
684 que eu citava solicitava o AVCB, porque era o único item que  
685 estava pendente para ser entregue e conseguir entregar em sua  
686 totalidade todas as informações complementares. Então é por  
687 esse motivo que ainda eu reforço aqui a solicitação de  
688 desarquivamento do processo. E que os Conselheiros entendam  
689 em conjunto com a gente esse posicionamento de  
690 desarquivamento do processo. É até um ganho ao invés de ter



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

691 que zerar um processo inicial, realizar todos os estudos  
692 novamente. O órgão ambiental ter que analisar todos os estudos  
693 novamente, sendo que as informações complementares, no nosso  
694 entendimento, não são informações de impacto significativo em  
695 relação ao ponto ambiental. É isso que eu queria colocar. E  
696 obrigado mais uma vez.” Presidente Kamila Esteves Leal: “Ok.  
697 Vou pedir ao Márcio para se manifestar sobre as colocações do Sr.  
698 Túlio, da FIEMG.” Márcio Muniz, DRCP/SUPRAM ASF: “Não, seria  
699 apenas breve só para pontuar aqui a análise aqui da equipe de  
700 regularização. Ela se baseou do que consta nos autos das  
701 informações que estão no processo de licenciamento. E nos autos  
702 não consta qualquer ata ou síntese de reunião que denota uma  
703 orientação do órgão ambiental ao empreendedor no sentido de  
704 que deveria aguardar a conclusão do processo junto ao Corpo de  
705 Bombeiros, para apresentar tudo, não tem esse tipo de informação.  
706 A equipe da época ou de algum outro memorando, enfim, não  
707 tem essas informações nos autos. Apenas dizer também que a  
708 exigência do AVCB, de fato, partiu de um consenso da época do  
709 próprio COPAM. E, por fim, é só a gente lembrar também que o  
710 órgão ambiental ele teve que tratar os processos, os feitos que  
711 chegam a sua análise de forma isonômica. Essa questão do AVCB,  
712 independente de ser uma tipologia de poço de combustível ou de  
713 outro tipo de atividade, mas quando à época foi exigida, não foi  
714 somente o caso da Bambuí Bioenergia que talvez se retirou de  
715 pauta ou mesmo se retardou o processo a ser levado para a  
716 análise dos senhores, mas (trecho incompreensível) processo e  
717 não há casos parecidos em que um processo se retardou por 6  
718 meses ou um ano, ou dois anos, aguardando apenas um item do  
719 AVCB, enquanto que os demais ficaram em stand by. Então,  
720 assim, esse é um caso atípico porque outras situações





**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

721 semelhantes a essa que chegaram a nossa análise, a gente  
722 também procedeu da mesma forma, que é o indeferimento ao  
723 arquivamento por falta, no caso, por falta de ICs. Então, tratar  
724 esse processo e realmente ir contra o nosso parecer, a decisão,  
725 porventura se foi a situação, vai ser destoante de outros casos  
726 semelhantes em que se aplicou a norma por falta de  
727 apresentação de informações complementares. Eu estou vendo,  
728 Senhora Presidente, que o outro membro da equipe está  
729 querendo manifestar, que é o Wagner. E por aqui eu encerro a  
730 minha fala.” Presidente Kamila Esteves Leal: “Ok, Márcio.  
731 Obrigada. Wagner, pela SUPRAM ASF, eu concedo a palavra.”  
732 Wagner Marçal de Araújo, DRRA/SUPRAM ASF: “Só  
733 complementando mesmo a fala do Márcio, eu também não tive  
734 acesso a nenhuma reunião, a nenhuma ata de reunião em que os  
735 técnicos da época podem ter tido com o empreendedor. E quanto  
736 à análise do processo, os aspectos ambientais, os impactos  
737 ambientais que a gente analisa em processo de licenciamento,  
738 balanço hídrico e drenagem pluvial, que foram itens que foi  
739 solicitado nessa informação, a gente analisa. A gente aprofunda  
740 bem nesses itens, principalmente no balanço hídrico para saber  
741 se a empresa está realmente fazendo a captação devida ou não,  
742 de acordo com a capacidade. Só para deixar claro que o balanço  
743 hídrico e drenagem pluvial é um dos aspectos ambientais, é um  
744 dos impactos que nós técnicos aqui da SUPRAM aqui analisam,  
745 bem assim.” Presidente Kamila Esteves Leal: “Ok, Wagner.  
746 Obrigada. Eu quero perguntar aos Conselheiros se mais algum  
747 quer se manifestar, fazer algum questionamento à SUPRAM? Caso  
748 tenha algum Conselheiro que não consiga falar, pode manifestar,  
749 mandar sua pergunta também pelo chat. Lembro a todos que  
750 devem se identificar para constar em ata. Não verifiquei mais



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

751 nenhuma manifestação, então, nesse sentido, vamos seguir para  
752 a votação deste item. Lembrando a todos que o parecer da  
753 SUPRAM é para arquivamento, que é o indeferimento para  
754 arquivamento. Aqueles que votarem favoráveis estão votando  
755 favorável ao parecer da SUPRAM. Os contrários estão votando  
756 para o parecer de retorno do processo para análise. Pela SEAPA,  
757 Sr. Wellington Dias, como vota?" Conselheiro Wellington Dias  
758 Silveira: "Voto contrário ao parecer da SUPRAM, para voltar para  
759 análise. Estou de acordo com o parecer da FIEMG. A justificativa é  
760 porque estou de acordo com o parecer do Túlio, da FIEMG. Ok?"  
761 Presidente Kamila Esteves Leal: "Ok. Senhor Wellington. Obrigada.  
762 Pela SEDE, Sr. Igor Messias, como vota?" Conselheiro Igor Messias  
763 da Silva: "Considerando não haver impactos ambientais, é uma  
764 questão mais administrativa, eu voto então para acolher as  
765 argumentações da FIEMG e do empreendedor, portanto, contrário  
766 ao parecer da SUPRAM." Presidente Kamila Esteves Leal: "Ok,  
767 obrigada. Pela SEE, Sra. Karine Consuelo, como vota?"  
768 Conselheira Karine Consuelo Cunha: "Eu voto favorável ao  
769 parecer da SUPRAM." Presidente Kamila Esteves Leal: "Ok.  
770 Obrigada. Pela SEINFRA, Sr. José Tadeu, como vota? SEINFRA, Sr.  
771 José Tadeu, como vota? O Conselheiro que não estiver  
772 conseguindo falar, ok, favorável. Ele votou favorável no Chat,  
773 favorável ao parecer da SUPRAM. Pela EPAMIG, Sr. Fúlvio  
774 Rodriguez, como vota?" Conselheiro Fúlvio Rodriguez Simão: "Eu  
775 voto contrário ao parecer pelos motivos apresentados no relato  
776 de retorno de vistas." Presidente Kamila Esteves Leal: "Ok.  
777 Obrigada. Pela SEDESE, Sra. Sandra Guimarães, como vota?"  
778 Conselheira Sandra Meire Guimarães: "Eu voto favorável ao  
779 parecer da SUPRAM." Presidente Kamila Esteves Leal: "Ok.  
780 Obrigada. Pela PMMG, 1º Tenente Flávio, como vota?" Conselheiro



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

781 1º Tenente Flávio Borges Silva: “Favorável ao parecer.”  
782 Presidente Kamila Esteves Leal: “Ok. Obrigada. Pelo CREA-MG, Sr.  
783 José Hugo, como vota? Pelo CREA, Sr. José Hugo, como vota? Pelo  
784 MPMG, Dr. Lucas Silva, como vota?” Conselheiro Lucas Silva e  
785 Greco: “Considerando a existência de orientação da Corregedoria  
786 do Ministério Público, eu me abstenho.” Presidente Kamila  
787 Esteves Leal: “Ok. Obrigada. Pela Prefeitura de Pains, Sra. Ana  
788 Luiza, como vota?” Conselheira Ana Luiza Silva Rodrigues:  
789 “Favorável ao parecer da SUPRAM.” Presidente Kamila Esteves  
790 Leal: “Ok. Obrigada. Pela FIEMG, Sr. Túlio Pereira, como vota?”  
791 Conselheiro Túlio Pereira de Sá: “Contrário ao parecer da SUPRAM,  
792 de acordo com os fatos apresentados no relato de vista.”  
793 Presidente Kamila Esteves Leal: “Obrigada. Pela FAEMG, Sr. Ivan  
794 Geraldo, como vota?” Conselheiro Ivan Geraldo Borges: “Pelo  
795 parecer da FIEMG, pelo parecer de vistas.” Presidente Kamila  
796 Esteves Leal: “Ok. Obrigada. Pela FEDERAMINAS, Sra. Cinara  
797 Lucinei, como vota? A Sra. Cinara votou contrária ao parecer da  
798 SUPRAM no chat, acompanhando o parecer da FIEMG. Pela AMPAR,  
799 Sr. Luís Henrique Silva, como vota?” Conselheiro Luís Henrique  
800 Silva Rodrigues: “Contrário ao parecer.” Presidente Kamila  
801 Esteves Leal: “Qual a justificativa, Sr. Luís Henrique?” Conselheiro  
802 Luís Henrique Silva Rodrigues: “Pelos informações contidas no  
803 retorno de vistas da FIEMG pelo Sr. Túlio.” Presidente Kamila  
804 Esteves Leal: “Ok. Obrigada.” Conselheiro Luís Henrique Silva  
805 Rodrigues: “Meu voto não foi computado.” Presidente Kamila  
806 Esteves Leal: “Sim. Desculpa. Sr. José Hugo, do CREA, como  
807 vota?” Conselheiro José Hugo Rodrigues: “Contrário ao parecer. A  
808 justificativa é estou de acordo com a análise do pessoal que pediu  
809 vistas.” Presidente Kamila Esteves Leal: “Ok. Pela APPA, Sr. Bruno  
810 Machado, como vota?” Conselheiro Bruno Machado Kraemer:



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

811 “Favorável ao parecer, Presidente.” Presidente Kamila Esteves  
812 Leal: “Ok. Grupo AR está ausente. Associação Nordeste, como  
813 vota?” Conselheiro Claiton Majela da Silva Miranda: “Eu voto  
814 favorável ao parecer da FIEMG. Contrário ao da SUPRAM.”  
815 Presidente Kamila Esteves Leal: “Ok. Pela PUC-MG, Sr. Professor  
816 Geraldo, como vota?” Conselheiro Professor Geraldo Tadeu  
817 Rezende Silveira: “Favorável ao parecer da SUPRAM.” Presidente  
818 Kamila Esteves Leal: “OK. Obrigada. Pela UEMG, Sr. Mauro César,  
819 como vota? Pela UEMG, Sr. Mauro César, como vota? Pela OAB-  
820 MG, Sr. Leandro, como vota?” Conselheiro Leandro Eustáquio:  
821 “Boa tarde, Senhora Presidente. Pelo que já escrevemos no  
822 relatório de vistas, sou contrário ao parecer da SUPRAM. Respeito  
823 muito. Ouvi atentamente. Entendo os argumentos, mas eu acho  
824 que não faz sentido. Não vai ter ganho ambiental, até porque se a  
825 empresa ficasse desacobertada da licença, ia ter que formular um  
826 pedido de TAC e isso geraria retrabalho. Então, tendo descrito  
827 que já escrevemos, eu ratifico aqui a minha opinião pelos  
828 argumentos que eu falei.” Presidente Kamila Esteves Leal: “Ok.  
829 Obrigada. Pela UEMG consta que o Sr. Mauro César está ausente.  
830 Então nós temos, foi deferido, ou seja, o processo ele vai retornar  
831 para análise da SUPRAM com 10 votos contra 7 que foram  
832 favoráveis ao parecer da SUPRAM, 1 abstenção e 2 ausências.  
833 Então o processo retornará para análise da SUPRAM. Obrigada a  
834 todos. Passaremos para o item 6.1.” **6. PROCESSO**  
835 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE REQUERIMENTO PARA**  
836 **INTERVENÇÃO AMBIENTAL DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO**  
837 **SECUNDÁRIA EM ESTÁGIO MÉDIO OU AVANÇADO DE**  
838 **REGENERAÇÃO DO BIOMA MATA ATLÂNTICA LOCALIZADA**  
839 **EM ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA A CONSERVAÇÃO DA**  
840 **BIODIVERSIDADE, NÃO VINCULADOS AO LICENCIAMENTO**



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

841 **AMBIENTAL: 6.1.** Pimenta Geração de Energia 28 Ltda. - Linha  
842 de Transmissão de energia - Arcos/MG - PA/SEI/Nº  
843 2100.01.0078409/2021-91 - Tipo de intervenção: Supressão de  
844 cobertura vegetal nativa com destoca - Área Requerida: 0,5400  
845 ha e Corte de árvores isoladas nativas vivas - Área Requerida:  
846 1,8000 ha/63 indivíduos - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha -  
847 Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual (inserida área de  
848 aplicação da Lei da Mata Atlântica, Lei Federal 11.428/2006).  
849 Estágio de Regeneração: Médio. Apresentação: URFBio Centro  
850 Oeste. Presidente Kamila Esteves Leal: “Nós não tivemos pedido  
851 de destaque pelos Conselheiros, mas nós temos inscritos. Temos  
852 dois inscritos independentes para este item, então eu vou chamá-  
853 los pela ordem. A primeira inscrita é a Sra. Bruna Andrade Batista.  
854 A Sra. Bruna está na sala?” Bruna Andrade Batista, Representante  
855 do Empreendedor: “Boa tarde, Presidente Kamila e demais  
856 Conselheiros. Obrigada. Estou aqui.” Presidente Kamila Esteves  
857 Leal: “Ok. Senhora Bruna, nós vamos conceder 5 minutos para a  
858 senhora e, caso precise, a gente vai deliberar para aprovar mais 5  
859 e eu vou conceder mais 1, ok?” Bruna Andrade Batista,  
860 Representante do Empreendedor: “Obrigada.” Presidente Kamila  
861 Esteves Leal: “Pode falar.” Bruna Andrade Batista, Representante  
862 do Empreendedor: “Boa tarde a todos. Se me permite, eu vou  
863 compartilhar a tela, porque a gente fez uma breve apresentação,  
864 que eu acho que fica mais visual aqui para vocês. Pode ser?”  
865 Presidente Kamila Esteves Leal: “Ok. Pode sim.” Bruna Andrade  
866 Batista, Representante do Empreendedor: “Só passando  
867 rapidamente, vou tentar ser bem breve aqui. Se por acaso o meu  
868 tempo acabar, fiquem à vontade para me interromper. Não sei se  
869 todos já conhecem, eu estou aqui representando a Pimenta  
870 Geração de Energia, que é uma SPE criada pela Órigo Energia,



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

871 que começou as atividades lá em 2010 na geração de energia  
872 solar. Aqui tem algum dos nossos investidores. São empresas  
873 bastante sérias e a gente tem que prestar contas constantemente  
874 para eles, seja da parte ambiental, jurídica, fundiária. O nosso  
875 principal objetivo é massificar o uso de energia renovada no Brasil.  
876 Então o nosso principal produto são as fazendas solares. Essas  
877 fazendas que vocês estão vendo aí são as primeiras que a gente  
878 conectou. E o nosso modelo de negócio permite que qualquer  
879 pessoa física, pessoa jurídica tenha o uso de energia solar em sua  
880 casa, em sua empresa, independente do investimento que a  
881 gente tinha que ter anteriormente com os telhados solares. Hoje  
882 em dia a gente deixa isso mais abrangente para a população e  
883 para as empresas. Aqui, só para a gente ter uma ideia, o ranking  
884 de energia solar no Brasil, a gente mostra aí que Minas Gerais  
885 ainda está bem à frente. Isso não só pelas condições físicas que a  
886 gente tem em Minas, mas devido aos benefícios e ao apoio que a  
887 gente tem do governo com legislações que apoiam o uso dessa  
888 energia em Minas Gerais. Aqui é alguns dos impactos que a gente  
889 causa para os clientes, a possibilidade de utilização de energia  
890 renovável, economia na conta, maior controle financeiro,  
891 transparência, segurança para o meio ambiente. O nosso impacto  
892 causado ele é menor do que outras fontes de energia. É uma  
893 energia de fonte inesgotável. A gente tem a redução do consumo  
894 de utilização de gás carbônico. A nossa manutenção é muito  
895 baixa. E para a comunidade a gente tem a geração de empregos,  
896 aumento de renda, melhorias na rede elétrica, desenvolvimento  
897 regional e capacitação técnica dos profissionais. Especificamente  
898 na redução de CO<sub>2</sub>, hoje a gente tem em operação  
899 aproximadamente 40 fazendas que têm mais ou menos 110 MW  
900 instalada. Isso equivale a uma redução de 22.500 toneladas de



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

901 CO<sub>2</sub>, o que dá aproximadamente ao que 160 mil árvores  
902 neutralizariam. Um dos ganhos ambientais que a gente tem com  
903 o empreendimento. Geração de emprego, isso aí é o pessoal  
904 trabalhando na obra que a gente tem em Arcos. A gente teve um  
905 trabalho bem interessante que chama Mulheres de Origem, para  
906 quem tiver mais curiosidade, têm uns vídeos no YouTube. A gente  
907 tem uma fazenda totalmente construída por mulheres. E a gente  
908 tem cada dia mais incentivado que mulheres estejam em todos os  
909 cargos e âmbitos da nossa empresa. Agora falando  
910 especificamente do empreendimento daqui em questão que a  
911 gente está tratando na reunião de hoje. Aqui nessa tela a gente  
912 vê esse polígono que tem aqui, é a nossa Fazenda Solar, que é  
913 objeto de um outro processo que não é objeto dessa nossa  
914 conversa de hoje. Ele já foi deferido. Já está tudo ok. O pessoal já  
915 está trabalhando. O objeto da nossa conversa de hoje é a rede de  
916 distribuição. Então, o empreendimento da Órigo, da Pimenta  
917 Geração de Energia em si é a Fazenda Solar. E a gente faz a  
918 construção da rede antecipando as obras da CEMIG. A rede ela  
919 continua sendo um empreendimento, um ativo da CEMIG. A gente  
920 antecipa essa construção por meio de obras-part, que são  
921 chamadas de obras particulares. E a gente tem que conectar o  
922 nosso ponto de conexão aqui ao ponto de derivação, que é o  
923 ponto mais próximo que a gente tem da subestação. Então o  
924 nosso desafio aqui era construir uma rede ligando esses dois  
925 pontos. A gente tinha aqui a possibilidade, esse polígono em  
926 branco aqui que vocês estão vendo é uma propriedade da  
927 Cimento Nacional. É uma cimenteira que tem lá em Arcos. Então  
928 a nossa possibilidade ou seria passar aqui pela propriedade da  
929 Cimento Nacional ou passar aqui por cima, e aí eu vou  
930 demonstrar para vocês as alternativas locais que a gente



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

931 estudou. Esse aqui é o traçado que a gente achou mais viável  
932 para o empreendimento. E vou explicar também mais para frente  
933 porque que essa foi a alternativa mais viável. O nosso  
934 levantamento florestal na área foi feito um censo com  
935 amostragem de 429 indivíduos, sendo 63 isolados e os demais no  
936 fragmento florestal. Nesse fragmento florestal a espécie mais  
937 abundante é a aroeira, que ela representa mais do que 50% de  
938 todas as espécies amostradas. Isso significa que esse fragmento  
939 pode ser classificado como monodominante. Por esse motivo a  
940 gente tinha classificado esse fragmento....” Presidente Kamila  
941 Esteves Leal: “Senhora Bruna, só para, é porque o tempo acabou,  
942 mas eu vou conceder mais um minuto. E vou colocar para  
943 votação dos Conselheiros se eles autorizam conceder mais cinco  
944 minutos para a senhora. Ok? De acordo com o regimento.  
945 Conselheiros, eu peço que votem. Podem votar pelo chat se vocês  
946 estão de acordo. Estão votando. O Dr. Lucas votou. A OAB votou.  
947 O Professor Geraldo, Cinara. Todos já votaram, então está  
948 concedido 6 minutos para a senhora.” Bruna Andrade Batista,  
949 Representante do Empreendedor: “Obrigada. Continuando aqui, a  
950 maioria das espécies que a gente encontrou lá é aroeira. Ela  
951 representa mais do que 50% dos indivíduos que foram  
952 amostrados, então isso classifica o fragmento como  
953 monodominante. Ele não tem uma variedade muito grande de  
954 espécies, por isso que a gente tinha classificado até então, esse  
955 fragmento como estágio inicial de regeneração. De qualquer  
956 forma, a gente concordou com a classificação que veio do IEF.  
957 Sugerimos área de compensação. Estudamos as alternativas  
958 locais conforme a legislação vigente. Além dessas espécies,  
959 da aroeira, a gente identificou também uma grande quantidade  
960 de espécies exóticas. O que corrobora aí com o entendimento de





**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

961 que o local já tem uma ação antrópica presente. É um local que  
962 tem, além da cimenteira, têm uns sítios. É um local que já tem  
963 uma ocupação, então isso foi identificado no nosso levantamento.  
964 De acordo com a legislação aplicável, a gente é dispensado de  
965 licenciamento ambiental. A rede de distribuição não é passível  
966 com licenciamento ambiental específico. A nossa regularização é  
967 mais no âmbito com o IEF mesmo. Considerando a Legislação  
968 11.428 para os empreendimentos que estarão em Bioma de Mata  
969 Atlântica, eles deverão ser implantados preferencialmente em  
970 áreas já alteradas, o que acontece com o nosso empreendimento,  
971 conforme o levantamento ambiental que a gente fez, reforça esse  
972 item. De acordo com a mesma legislação, mesmo que a gente,  
973 que seja classificado de fato como estágio médio ou avançado de  
974 regeneração, o nosso caso é estágio médio, a vegetação ela pode  
975 ser suprimida desde que em caso de utilidade pública e quando  
976 inexistir alternativa locacional. O que também é o que acontece  
977 com o nosso empreendimento é uma rede de distribuição, então  
978 energia classificada aí como utilidade pública e a inexistência de  
979 alternativas locais que eu vou mostrar aqui nos próximos  
980 slides, todas as alternativas que a gente estudou. Bom, primeira  
981 alternativa que a gente verificou foi o traçado que vem no  
982 parecer de acesso que é emitido pela CEMIG. Nesse parecer de  
983 acesso esse traçado ele verifica basicamente questões técnicas  
984 de engenharia e projeto sem verificar outros itens que são muito  
985 importantes para a gente, que é a questão ambiental e a questão  
986 de autorizações dos proprietários. Para todas as propriedades que  
987 a gente vai passar, a gente precisa ter as autorizações dos  
988 proprietários, que são as servidões de passagem. Então esse  
989 traçado ele não era viável, porque ele possuía mais impacto  
990 ambiental, então ele pegava um fragmento aqui e um fragmento



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

991 na propriedade do lado. Então o impacto ambiental dele era  
992 maior. Ele tinha mais impacto também na propriedade da  
993 Cimento Nacional, que é aquela propriedade que estava marcada  
994 em branco que está por aqui assim, então ela também não foi  
995 autorizada pelos proprietários. A alternativa que a gente teria,  
996 que teria menor impacto ambiental, seria passando pela parte  
997 mais inferior do terreno da cimenteira. Só que aqui esses  
998 quadradinhos vermelhos que a gente está vendo já são de redes  
999 de transmissão de energia existentes no local. Linha de  
1000 transmissão existentes no local. Além das estruturas já presentes,  
1001 a gente tem que respeitar as faixas de servidão. A gente não  
1002 pode construir faixa de servidão dessas linhas existentes e, além  
1003 disso, a cimenteira nos informou que por mais que a área que  
1004 eles têm a ser utilizada que é muito pequena devido às estruturas  
1005 e faixa de servidão a ser respeitada, eles possuem interesse de  
1006 uso futuro dessa área para algum projeto deles, porque senão  
1007 eles ficariam com essa área toda que é quase a maior parte do  
1008 terreno perdida com esses empreendimentos. Aqui a gente tem a  
1009 formalização da cimenteira impossibilitando o uso daquela área,  
1010 tanto pela presença das redes já existentes quanto pela  
1011 necessidade de uso futuro para projetos que eles possuem  
1012 internamente. Essa é a formalização que a gente teve com eles.  
1013 Foram feitas várias negociações. Outra alternativa que a gente  
1014 tinha seria passar por fora da cimenteira naquele traçado por  
1015 cima. E os impeditivos que a gente tinha que por aqui passa uma  
1016 ferrovia, então a gente teria nesses pontos azuis, a gente teria  
1017 que fazer duas travessias, uma travessia na ferrovia aqui e outra  
1018 travessia aqui. E, além disso, do ponto de vista ambiental, a  
1019 gente teria uma interferência em APP, o que para a gente  
1020 também não é viável por causar danos ao curso d'água que está



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de 2022**

1021 passando. O traçado que a gente achou mais viável, que é esse o  
1022 objeto do nosso estudo, ele considera o desvio da APP. Aqui fica  
1023 mais visível. Aqui, o de vermelho, é onde vai ser construída a  
1024 rede. De azul, onde vai ser reconduzimento de uma rede  
1025 existente, então melhoria da rede existente. O que esse traçado  
1026 considera? O desvio de uma APP que tem na área, esse amarelo.  
1027 O branco aqui é a faixa de servidão que a gente tem da nossa  
1028 rede. Ela é de 7,5 metros para cada lado. Então a gente não teria  
1029 qualquer interferência na APP. A gente teria menor interferência  
1030 nos fragmentos de vegetação que a gente tem. A gente consegue  
1031 passar bem aqui próximo da ferrovia sem ter impacto nela. A  
1032 gente não interfere nesse segundo fragmento florestal que tem  
1033 aqui na outra propriedade. E é um traçado que foi já aprovado  
1034 pela CEMIG, então aqui a gente tem alguns stakeholders, itens  
1035 importantes que a gente tem que verificar, a questão ambiental  
1036 que é extremamente importante e aqui a gente conseguiu um  
1037 traçado que não tivesse interferência na APP. A gente conseguiu  
1038 o de acordo do proprietário que também é um stakeholder que  
1039 interfere diretamente na definição do traçado, e a aprovação do  
1040 traçado pela CEMIG.” Presidente Kamila Esteves Leal: “Senhora  
1041 Bruna?” Bruna Andrade Batista, Representante do Empreendedor:  
1042 “Oi?” Presidente Kamila Esteves Leal: “O tempo da senhora  
1043 finalizou. Eu peço desculpas, mas nós temos que seguir o que  
1044 está no regimento, então eu vou abrir a palavra agora para o  
1045 outro inscrito, o Sr. Jonathan Ezequiel da Silveira, independente.  
1046 Senhor Jonathan, o senhor está na sala? Ele escreveu que está. O  
1047 senhor consegue falar? Porque nós não te ouvimos ainda, não.  
1048 Não está conseguindo habilitar o áudio. Só um momento. A  
1049 conexão do senhor está caindo. Deve ser problema com a  
1050 internet, porque não é a gente aqui não. Será que se o senhor



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

1051 quiser sair e... Felipe, Secretaria Executiva: “Senhora Presidente,  
1052 infelizmente o Zoom tem dado alguns problemas, acredito para  
1053 quem usa versões mais antigas, porque o microfone trava  
1054 realmente.” Presidente Kamila Esteves Leal: “Ah, sim. Ok. Senhor  
1055 Jonathan.” Carolina, Secretaria Executiva: “Senhora Presidente,  
1056 acabei de aceitar ele na sala com outro dispositivo.” Presidente  
1057 Kamila Esteves Leal: “Ok. Obrigada, Carolina. Obrigada, Felipe.  
1058 Senhor Jonathan, o senhor está nos ouvindo agora? Consegue  
1059 falar? Consegue se manifestar? Parece que ele caiu, não é? Só um  
1060 momentinho que nós estamos verificando se ele irá retornar para  
1061 dar oportunidade de ele também se manifestar. Senhor Jonathan,  
1062 parece que o senhor voltou ou o senhor está nos ouvindo? Está  
1063 conseguindo habilitar o microfone?” Jonathan Silveira,  
1064 Representante do Empreendedor: “Senhora Presidente, boa tarde.  
1065 Boa tarde a todos os Conselheiros.” Presidente Kamila Esteves  
1066 Leal: “Boa tarde.” Jonathan Silveira, Representante do  
1067 Empreendedor: “Estão conseguindo me ouvir?” Presidente Kamila  
1068 Esteves Leal: “Sim. Senhor Jonathan, eu vou aproveitar e já vou  
1069 conceder mais um minuto pela Presidência e já vou deliberar os 5  
1070 minutos do conselho para a gente não precisar interromper o  
1071 senhor. Eu pergunto aos Conselheiros se eles autorizam a  
1072 concessão de mais 5 minutos para o Sr. Jonathan? Podem  
1073 manifestar pelo chat também ou falar, se preferir. Ok? Os  
1074 Conselheiros manifestaram de acordo, então o senhor tem 11  
1075 minutos de fala. A palavra está com o senhor.” Jonathan Silveira,  
1076 Representante do Empreendedor: “Boa tarde, Senhora Presidente  
1077 novamente. Boa tarde, Senhores Conselheiros. Meu nome é  
1078 Jonathan Silveira. Sou analista ambiental aqui da Órigo Energia.  
1079 Vou apresentar aqui para vocês. Vou ver se eu consigo aqui. O  
1080 Zom está apresentando problemas. Vou ver se consigo



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

1081 apresentar aqui a continuação da apresentação da Bruna. Se eu  
1082 não conseguir, eu finalizo por aqui mesmo sem a apresentação.  
1083 Só um minuto. Estão visualizando a minha tela? A Bruna parou  
1084 nesse ponto em que a gente teve, a gente buscou o melhor  
1085 traçado em vista das melhores intervenções ambientais que a  
1086 gente poderia ter no trecho, especialmente com relação à  
1087 intervenção dessa APP. Já que o ambiente aí é de conhecimento  
1088 de ser altamente sensível e também as autorizações que a gente  
1089 tem junto com a concessionária de energia que é a CEMIG. Para a  
1090 gente executar essa obra, a gente precisa de ter todo o trâmite  
1091 autorizado por parte da CEMIG. E também pela questão fundiária,  
1092 uma vez que trata de empreendimento linear e que passa por  
1093 diversas propriedades e esse foi o traçado que a gente conseguiu  
1094 as devidas autorizações junto com os proprietários ao longo desse  
1095 traçado. Aqui nós temos a comprovação de aprovação do traçado.  
1096 Esse traçado, essa figura ao lado, a linha azul que são trechos de  
1097 modificação e a linha vermelha são trechos de construção. Como  
1098 a Bruna falou, conforme estabelece o Decreto 47.749, da área  
1099 proposta para compensação, em caso de estágio médio e  
1100 avançado é de 2 por 1, ou seja, superior à área que está sendo  
1101 intervida. Nesse caso, como a intervida seria de 0,54 ha prevista,  
1102 a gente estaria fazendo a compensação em uma área de 1.1 ha,  
1103 ou seja, o dobro dessa área intervida. Aqui tem a localização de  
1104 onde que estão esses fragmentos, onde a gente terá a  
1105 intervenção para a construção da rede de distribuição de energia.  
1106 E aqui tem um polígono de 1.1 ha que demonstra onde será  
1107 construído, onde será implantado o projeto de compensação. O  
1108 projeto de compensação é através do plantio de enriquecimento,  
1109 através do plantio de mudas. E assim, como a Bruna apresentou  
1110 em itens anteriores, apesar de o fragmento ele apresentar maior



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

1111 dominância de apenas uma espécie e da Resolução a 392, de  
1112 2007, do CONAMA apresentar aqui a caracterização de estágios  
1113 sucessionais dentro de Mata Atlântica apresentar em questão de  
1114 fragmentos heterogêneos, a gente não se opõe a isso em questão  
1115 da compensação ambiental. Nós estamos de acordo. Não é  
1116 problema para a gente realizar essa compensação ambiental em  
1117 área superior à área intervida. Então considerando aqui alguns  
1118 itens que o empreendimento é de utilidade pública de acordo  
1119 com o Código Florestal, a Lei 12.651, a Lei 20.922, o Decreto  
1120 47.749, que considera o nosso empreendimento como de  
1121 utilidade pública. Considerando também que os fragmentos  
1122 florestais são monodominantes, como já foi dito pela Bruna. E  
1123 mais de 50% da área é composta por espécie de Aroeira, é um  
1124 fragmento que é totalmente diferente de fragmentos  
1125 heterogêneos que a gente encontra na Mata Atlântica com uma  
1126 diversidade muito grande de espécies. Lembrando que a Aroeira  
1127 é uma espécie totalmente generalista. Ela ocorre em diversos  
1128 tipos de ambiente e é muito comum principalmente no domínio  
1129 do Cerrado. E esse fragmento apresenta diversos impactos  
1130 antrópicos. Como foi dito aqui também, como invasão biológica  
1131 por espécie exóticas, a presença de incêndios. Têm registros de  
1132 incêndios recorrentes nessa área. Está localizado nas  
1133 proximidades de uma linha férrea, então tem impacto também  
1134 em questão de efeito de borda, enfim. A gente apresentou  
1135 também considerando as diversas alternativas locais que  
1136 foram estudadas e foram apresentadas aqui pela Bruna, como,  
1137 por exemplo, evitar a intervenção em APP, a questão fundiária da  
1138 propriedade, dos gestores ali do Cimento Nacional, que é a  
1139 empresa onde a gente tem o, onde tem a intervenção na parte do  
1140 fragmento se opor por passar nos traçados em outras opções que



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

1141 teriam menos impacto. E considerando também a questão da  
1142 compensação ambiental que ela vai ser devidamente realizada  
1143 conforme reza a legislação. Diante de todos esses itens  
1144 apresentados, nós requeremos que haja o deferimento do  
1145 processo em questão, haja vista que foi a melhor alternativa, a  
1146 que tem o menor impacto e a que torna o empreendimento seja  
1147 de fato exequível. Agradeço a oportunidade. Agradeço a palavra,  
1148 Senhora Presidente e a todos os Conselheiros presentes.”  
1149 Presidente Kamila Esteves Leal: “Ok. Obrigada, Sr. Jonathan. Eu  
1150 vou passar a palavra para a equipe do IEF, Regional Centro-Oeste.  
1151 O técnico é o Jonas Oliveira e o Núcleo de Controle Processual é a  
1152 Thaís. Eu vou começar chamando o Jonas. Jonas, se o senhor  
1153 puder se manifestar, por favor.” Jonas, URFBio Centro-Oeste: “Boa  
1154 tarde a todos. Eu acho que a questão central do processo, que a  
1155 equipe do IEF questionou, é justamente a questão da alternativa  
1156 técnica e locacional. O terreno ao lado pertencente da cimenteira,  
1157 eles não concedem a autorização para passar em uma área de  
1158 pastagem que já está, digamos alterada, mas concedem a  
1159 autorização para passar em uma área de fragmento de vegetação  
1160 nativa. Esse acho que foi o ponto central que foi questionado no  
1161 parecer. E, de acordo com a Lei do Bioma da Mata Atlântica,  
1162 havendo alternativa técnica locacional menos impactante, que  
1163 não implique na supressão de vegetação nativa, a autorização  
1164 não poderia ser concedida. Se o pessoal do jurídico quiser se  
1165 manifestar.” Presidente Kamila Esteves Leal: “Ok. Thaís, de Arcos  
1166 também, do Núcleo de Controle Processual, se quiser se  
1167 manifestar.” Interlocutor não Identificado: “Boa tarde, Senhora  
1168 Presidente, Senhores Conselheiros. Na verdade, a Thaís quem fez  
1169 a análise do NCP nesse processo é a Thaís de Andrade Batista  
1170 Pereira. Ela é da URFBio Mata, porque nós estamos com uma



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

1171 troca entre regionais e eles estão colaborando com o Núcleo de  
1172 Controle Processual Centro-Oeste.” Thaís de Andrade Batista  
1173 Pereira, IEF Zona da Mata: “Olá. Vocês estão me ouvindo? Boa  
1174 tarde. Meu nome é Thaís de Andrade. Eu sou analista do IEF,  
1175 analista ambiental. Estou em apoio à equipe porque nós, na  
1176 verdade, eu sou do Regional Mata. E esse processo veio em apoio  
1177 para que pudéssemos avaliar o controle processual. Tendo em  
1178 vista a Lei da Mata Atlântica, nós acompanhamos o parecer  
1179 técnico do analista e pelo indeferimento haja vista que não havia  
1180 alternativa locacional. Segundo o art. 14 da Lei da Mata Atlântica,  
1181 nesses casos de utilidade pública, em estágio médio, a gente não  
1182 teria como deferir havendo alternativa locacional. E foi nesse  
1183 motivo em específico que a equipe do Núcleo de Controle  
1184 Processual acompanhou o parecer técnico.” Presidente Kamila  
1185 Esteves Leal: “Ok, Thaís. Mais alguém do IEF quer se manifestar  
1186 ou eu posso abrir a palavra aos Conselheiros?” Wander José  
1187 Torres de Azevedo, NCP Zona da Mata: “Boa tarde, Presidente.  
1188 Boa tarde, Conselheiros. Meu nome é Wander. Também sou  
1189 analista ambiental aqui da SUPRAM, Núcleo de Controle  
1190 Processual da Zona da Mata. Participei também na análise desse  
1191 processo em suporte a outras regionais. Acho que  
1192 compartilhamento de pessoal para atingimento das metas,  
1193 otimização e melhoria da prestação de um modo geral ambiental  
1194 para a sociedade como um todo. Eu corroboro inteiramente o que  
1195 foi falado pela Thaís anteriormente e o Sr. Jonas anteriormente.  
1196 Eu só acrescento uma questão que é assim, poderia ter sido feito  
1197 a utilização da característica do empreendimento mesmo que se  
1198 não haja a anuência do proprietário superficial da área, de  
1199 eventual forçar um tipo de desapropriação coisa nesse sentido.  
1200 Então, assim, eu não vejo sentido de a gente tocar na vegetação





**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

1201 nativa que já está assim ao longo do tempo, sendo que há nesse  
1202 caso especificamente alternativa locacional para isso. Então,  
1203 assim, são essas questões que nós trouxemos para colocar e a  
1204 gente reforça a análise que foi feita nesse sentido com a análise  
1205 técnica corroborando tudo que foi apresentado.” Presidente  
1206 Kamila Esteves Leal: “Ok, Wander. Muito obrigada. Mais alguém  
1207 do IEF? Porque eu vou abrir a palavra para os Conselheiros. Não  
1208 temos mais manifestação pela equipe técnica. Eu vou abrir a  
1209 palavra aos Conselheiros. Se algum tem questionamento a ser  
1210 feito ao IEF, alguma manifestação. Caso algum Conselheiro queira  
1211 fazer alguma pergunta, favor se manifestar, levantar a mão e  
1212 lembrar de se identificar.” Conselheiro Leandro Eustáquio: “O  
1213 Wellington Dias, Conselheiro, levantou a mão primeiro que eu,  
1214 então a palavra, na minha opinião tem que ser direcionada para  
1215 ele primeiro.” Conselheiro Wellington Dias Silveira: “Por favor,  
1216 continue e depois eu falo, ok?” Conselheiro Leandro Eustáquio:  
1217 “Obrigado, Wellington. Peço desculpas. Senhora Presidente, eu  
1218 posso prosseguir?” Presidente Kamila Esteves Leal: “Sim, senhor.  
1219 Pela OAB o senhor pode prosseguir. Depois nós temos o Sr.  
1220 Wellington e temos também o Dr. Lucas, também pediu a palavra  
1221 pelo Ministério Público.” Conselheiro Leandro Eustáquio: “A MG-  
1222 170, pelo que eu até conversava com a Conselheira Ana aqui pelo  
1223 Whatsapp, é a MG que leva Pains, Arcos até Moema passando  
1224 pela Lagoa da Prata. Eu estava me situando, eu sentia falta do  
1225 mapa apesar de ter essa referência ao número da MG. Gostei  
1226 bastante da apresentação. Fica aí os elogios para a Bruna e para  
1227 o colega dela, que eu me esqueci o nome aqui agora, o Jonathan.  
1228 Acho que é isso mesmo, que falaram pela Pimenta Energia.  
1229 Bastante didáticos, mostraram muito suas considerações. Mas  
1230 como diz a própria Lei da Mata Atlântica, pelo que já estava



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

1231 escrito no parecer da SUPRAM, e faço elogios também a quem  
1232 está por aqui, a quem redigiu o parecer, se não tem alternativa  
1233 locacional, não faz sentido pensar diferente do que escreveu o  
1234 parecer. Era só essa ressalva que eu queria fazer.” Presidente  
1235 Kamila Esteves Leal: “Ok. Obrigada. O Sr. Lucas também pediu  
1236 aqui, o Sr. Wellington e também o Sr. José Hugo também havia  
1237 levantado a mão. Ele abaixou. Eu não sei se ele vai querer se  
1238 manifestar. Eu vou fazer assim pela ordem, eu vou chamar o Sr.  
1239 Wellington, pela SEAPA. Depois eu vou chamar o Dr. Lucas. E  
1240 depois o Sr. José Hugo. E o Igor também. Pode falar, Sr.  
1241 Wellington, pela SEAPA. O senhor está com a palavra.”  
1242 Conselheiro Wellington Dias Silveira: “É só uma pergunta mesmo  
1243 para o pessoal do IEF. Essa área de compensação, que foi dita  
1244 pelos consultores, ela não é mais viável que a supressão dessas  
1245 árvores? Muitas vezes a gente fica protegendo arvores em  
1246 lugares que a gente sabe que não vai muito além de aquilo ali e  
1247 perdendo a oportunidade de preservar áreas melhores ou até que  
1248 compensa mais para o meio ambiente. Eu gostaria de saber se  
1249 houve apresentação dessa compensação ambiental. Qual é essa  
1250 área? E onde essa área fica? Se houve, porque pelo que eu vi lá,  
1251 os consultores falaram que haveria uma compensação em outro  
1252 local. Obrigada. Só isso.” Presidente Kamila Esteves Leal:  
1253 “Obrigada, Sr. Wellington. Quem pode manifestar pelo IEF, é o  
1254 Jonas? Jonas, você pode responder, por favor.” Jonas, URFBio  
1255 Centro-Oeste: “Sim, Presidente. A proposta de compensação tal  
1256 qual foi apresentada no slide do pessoal da empresa, ela foi, sim,  
1257 apresentada no processo de intervenção ambiental. Mas,  
1258 justamente, a questão central é a alternativa técnica. Por existir  
1259 uma alternativa técnica que não impacte o corte, a supressão de  
1260 vegetação nativa, subentende-se que não poderia suprimir. Mas,



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de 2022**

1261 respondendo à pergunta do senhor, realmente essa proposta de  
1262 compensação ela foi apresentada no processo.” Conselheiro  
1263 Wellington Dias Silveira: “Ok. Eu concordo com você pela  
1264 alternativa técnica. Mas alternativa ambiental, no seu ponto de  
1265 vista, qual que era a melhor, a área compensada ou essa? Eu,  
1266 pelo menos, penso no meio ambiente como um todo. E não  
1267 simplesmente como um pedacinho aí que por ter outra questão a  
1268 gente perder pelo lado ambiental.” Jonas, URFBio Centro-Oeste:  
1269 “A questão é que essa área teria que ser recuperada. Eu até cito  
1270 no parecer técnico que é uma área que ela não tem propágulo  
1271 nenhum, então a questão é que realmente ela demandaria uma  
1272 um tempo maior para se atingir um estágio sucessional parecido  
1273 com a área que está sendo pretendida para suprimir.”  
1274 Conselheiro Leandro Eustáquio: “Senhora Presidente?” Presidente  
1275 Kamila Esteves Leal: “Sim. Quem está se manifestando, por  
1276 favor?” Conselheiro Leandro Eustáquio: “Eu até já me manifestei.  
1277 Me desculpa. Eu acabei fazendo minha intervenção, mas minha  
1278 bateria estava acabando. Eu saí correndo aqui para buscar, senão  
1279 eu iria cair.” Presidente Kamila Esteves Leal: “Ok.” Conselheiro  
1280 Leandro Eustáquio: “Eu não fiz minha pergunta. A pergunta era  
1281 onde exatamente na MG-170 fica o empreendimento? Pelo que  
1282 tentei localizar aqui, me veio à cabeça algo bem próximo a Arcos.  
1283 Entre Arcos e Pains. Eu estou certo mesmo?” Presidente Kamila  
1284 Esteves Leal: “Senhor Jonas, o senhor pode manifestar pelo IEF?”  
1285 Jonas, URFBio Centro-Oeste: “Sim. Ela está próxima ao Município  
1286 de Arcos, mas sentido à comunidade de Boca da Mata. Não é  
1287 exatamente a MG-170. Ela está próxima à cidade de Arcos.”  
1288 Conselheiro Leandro Eustáquio: “Sentido Pains, Jonas?” Jonas,  
1289 URFBio Centro-Oeste: “Sentido Pains. Sentido à comunidade de  
1290 Boca da Mata, indo em direção à Estação Ecológica do Corumbá,



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de 2022**

1291 no município de Arcos.” Conselheiro Leandro Eustáquio: “Ah, sim.  
1292 Perto do Abrigo Base. Eu sei onde é. Obrigado.” Jonas, URFBio  
1293 Centro-Oeste: “Ok.” Conselheiro Leandro Eustáquio: “Obrigado. O  
1294 Igor também mandou parar a gente pelo Chat. Obrigado, Igor.  
1295 Agora sim. Muito obrigado a vocês.” Presidente Kamila Esteves  
1296 Leal: “Ok. Obrigada. Então, as dúvidas, as perguntas do Sr.  
1297 Leandro, da OAB, e da SEAPA, do Sr. Wellington, foram  
1298 respondidas pelo Jonas. Ok. Eu vou seguir a ordem aqui, porque o  
1299 Dr. Lucas, pelo Ministério Público, ele colocou no chat. Então eu  
1300 vou seguir aqui ele porque ele pediu antes do Sr. Igor levantar a  
1301 mão. E o Sr. José Rodrigues também levantou, então eu vou,  
1302 depois, vou pedir a palavra do Sr. José Rodrigues e depois do Sr.  
1303 Igor, da SEDE. Ok? Doutor Lucas, o senhor está com a palavra.”  
1304 Conselheiro Lucas Silva e Greco: “Obrigado, Presidente. Me  
1305 ouvem bem?” Presidente Kamila Esteves Leal: “Sim.” Conselheiro  
1306 Lucas Silva e Greco: “Eu gostaria de saber do corpo técnico que  
1307 elaborou o parecer técnico que nos foi apresentado, se algum dos  
1308 fatos que foram levantados durante essa nossa reunião, pelo  
1309 empreendedor, pelos representantes do empreendedor, são fatos  
1310 novos ou se todos os fatos que foram levantados, já existiam, já  
1311 foram argumentados pelo empreendedor quando da realização do  
1312 estudo técnico? Gostaria que fosse esclarecido esse ponto.” Jonas,  
1313 URFBio Centro-Oeste: “Doutor Lucas, todas as questões que  
1314 foram levantadas pelo empreendedor elas constam no processo.  
1315 Elas foram apresentadas no processo”. Conselheiro Lucas Silva e  
1316 Greco: “Ok. Presidente, só gostaria de trazer aqui ao  
1317 conhecimento de todos os Conselheiros que estão participando da  
1318 reunião, a redação do art. 12 da proteção ao Bioma Mata  
1319 Atlântica, que eu acho que é o ponto de discussão que nós temos  
1320 que travar aqui nessa nossa sentada. Porque ele diz respeito à



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

1321 seguinte regra: “Os novos empreendimentos que impliquem o  
1322 corte ou a supressão de vegetação do Bioma Mata Atlântica  
1323 deverão ser implantados preferencialmente em áreas já  
1324 substancialmente alteradas ou degradadas”. Então, eu acho  
1325 importante trazer essa norma jurídica que ela estabelece o norte  
1326 para que a gente possa realizar o nosso trabalho. Porque nós  
1327 devemos a princípio velar para que os empreendimentos, os  
1328 novos empreendimentos que sejam estabelecidos em área do  
1329 Bioma Mata Atlântica o sejam em áreas já substancialmente  
1330 alteradas ou degradadas. E pelo que consta do relatório que foi  
1331 apresentado é exatamente este dispositivo legal que orientou os  
1332 órgãos técnicos a propor a nós, Conselheiros, o indeferimento  
1333 desse requerimento de supressão de vegetação nativa.  
1334 Acreditando que foi feita essa análise e foi verificado que existia  
1335 esse outro traçado possível em uma área já praticamente nem  
1336 alterada, substancialmente alterada, degradada, praticamente  
1337 não existe vegetação na proposta de traçado apresentada no  
1338 parecer pelos técnicos da SUPRAM ASF. Então se não houve um  
1339 fato hoje argumentado pelo empreendedor, os representantes do  
1340 empreendedor, capaz de alterar essa definição do órgão técnico,  
1341 eu só friso novamente aqui aos demais integrantes do conselho a  
1342 existência dessa norma prevista no art. 12, da Lei de Proteção do  
1343 Bioma Mata Atlântica. É só isso. Muito obrigado, Presidente.”  
1344 Presidente Kamila Esteves Leal: “Ok, Dr. Lucas. Obrigada pelos  
1345 esclarecimentos. E só para informar, a Sra. Bruna ela está no chat  
1346 solicitando a palavra, mas o regimento, Sra. Bruna, ele não  
1347 permite. A senhora teve o momento de manifestar, então agora a  
1348 manifestação é dos Conselheiros e da equipe técnica que  
1349 elaborou o parecer. Então eu não posso liberar a palavra para a  
1350 senhora. Eu peço a compreensão. O Sr. José Rodrigues, do CREA,



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

1351 ele havia levantado a mão antes do Sr. Igor. Então eu vou pedir  
1352 que ele se manifeste porque ele está aguardando há mais tempo,  
1353 viu? Senhor José Rodrigues, do CREA, a palavra é com o senhor.”  
1354 Conselheiro José Hugo Rodrigues: “Boa tarde a todos. Senhora  
1355 Presidente, eu só queria fazer uma observação na apresentação  
1356 da Bruna, que o traçado que eles estão propondo parece com um  
1357 traçado mais lógico, do meu ponto de vista. Eu também sou  
1358 engenheiro eletricitista e a gente sabe que uma rede de  
1359 distribuição precisa de um tratamento e uma locação que envolva  
1360 segurança, e que a gente tem essa preocupação com o meio  
1361 ambiente. O investimento é mais do que viável quanto ao meio  
1362 ambiente. A gente sabe que usina fotovoltaica é usina de energia  
1363 renovável, só quantidade de CO<sub>2</sub> que nós estamos tirando da  
1364 atmosfera, deixando de queimar árvore, podar árvore, cortar,  
1365 então já há um grande ganho. E a primeira proposta que foi  
1366 aquela do traçado de atravessar via férrea duas vezes em uma  
1367 área de APP é terrível. Primeiro que envolve a área ambiental e  
1368 também envolve segurança. Com a rede de distribuição  
1369 atravessando linha férrea, a segurança tem que ter um  
1370 coeficiente de segurança bem maior, então é um investimento  
1371 que não vai ser viável, além de entrar em uma área de APP  
1372 também. Quanto à outra sugestão que teria, que seria entrar lá  
1373 pelo terreno da cimenteira, que também já existe uma rede de  
1374 transmissão de energia que é uma rede com a tensão alta,  
1375 altíssima, não é? Essa rede está propondo é uma rede de  
1376 distribuição 3.800 volts. A outra linha de transmissão são linhas  
1377 de 138, 745 KV, uma linha com a tensão altíssima que não pode  
1378 trabalhar em paralelo próximas a essa rede de distribuição. Então  
1379 eu não vejo assim uma alternativa muito boa para esse lado aí.  
1380 Apesar de se a gente pensar em termos de ambiente, já é um



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

1381 local que já está, já foram feitas as devidas intervenções, mas  
1382 tem o lado da segurança também que compromete muito. E além  
1383 do proprietário lá também não estar de acordo com o  
1384 empreendimento, que vai atrasar tudo aí. E esse traçado que está  
1385 sendo proposto, apesar de ser uma rede de média tensão, que  
1386 tem uma faixa de servidão de 7,5 metros para cada lado, o  
1387 impacto dela ambientalmente não é tão grande assim. O ruim é  
1388 pensar se o custo-benefício, vamos dizer assim, ela já é um  
1389 empreendimento com energia renovável. Vai fazer o replantio das  
1390 espécies que têm lá, então eu gostei da apresentação da Bruna,  
1391 dessa equipe dela e achei esse traçado aí bem viável assim  
1392 olhando o lado ambiental. Ele impacta um pouquinho a mais, mas  
1393 a compensação ela cobre. Os danos são piores que os impactos,  
1394 ao meu ver. Muito obrigado, Senhora Presidente.” Presidente  
1395 Kamila Esteves Leal: “Ok. Vou passar a palavra. Obrigada, Sr. José  
1396 Hugo, pelo CREA. Eu vou passar a palavra para o Sr. Igor, da  
1397 SEDE.” Conselheiro Igor Messias da Silva: “Boa tarde novamente,  
1398 Senhores Conselheiros. Primeiramente, cumprimentar a Bruna e  
1399 Jonathan pela boa apresentação que fizeram. E a Órigo Energia  
1400 como um todo por ser um empreendimento de energia renovável,  
1401 algo muito importante para o nosso meio ambiente.  
1402 Cumprimentar também a Dra. Thaís, o Dr. Wander, lá da Zona da  
1403 Mata. Amigos de longa data do período em que lá estive.  
1404 Sobre o procedimento específico, o processo em específico, a  
1405 gente tem aqui escolhas bastante difíceis e muito balizadas por  
1406 legislação. E que não nos dão muita margem também para  
1407 atolação. A legislação ela é bastante clara. De um lado a gente  
1408 tem, sob o ponto de vista antrópico, uma área completamente  
1409 antropizada, mas que o proprietário não aceita que passe por ali,  
1410 e, de outro lado, a gente tem em um outro traçado também, a



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

1411 faixa de servidão de uma linha férrea e que não é nada simples  
1412 também se conseguir a autorização de passagem e até as  
1413 questões de segurança trazidas pelo Conselheiro do CREA, muito  
1414 bem colocadas. Eu percebi uma discussão bastante ampla em  
1415 relação à questão do critério locacional. Isso não restou dúvidas.  
1416 Mas a legislação ela trata também da existência ou inexistência  
1417 de critérios técnicos, além dos locacionais. Então, nesse sentido  
1418 dos critérios técnicos, eu queria até aqui justificar o porquê eu me  
1419 declarei suspeito nesse processo, porque eu represento a SEDE  
1420 no COPAM, e sou funcionário da CEMIG, da Companhia Energética  
1421 de Minas Gerais, a qual vai ser ligada essa rede de distribuição de  
1422 energia. Ela é construída em uma modalidade parte. E depois a  
1423 CEMIG ela encampa essa rede e quaisquer manutenções que  
1424 venham a ter no futuro, por exemplo, não é mais a Órigo que  
1425 faria, seria a CEMIG. Bom, nesse sentido, nesse dificultador de  
1426 questão locacional, eu acho que restou então a gente trabalhar a  
1427 questão técnica. E eu gostaria de sugerir aqui de a gente avançar  
1428 um pouco nisso, porque a rede de média tensão que muito  
1429 possivelmente está sendo proposta, eu não verifiquei, aliás, eu  
1430 verifiquei no processo, mas não encontrei lá, ela é da modalidade  
1431 convencional, de cabos condutores nus, ou seja, os fios  
1432 condutores de energia eles não têm qualquer isolamento. E  
1433 existem outras modalidades de rede de distribuição de energia,  
1434 como a convencional e a isolada, em que é possível um convívio  
1435 mais harmônico com a vegetação local. No caso da rede de  
1436 distribuição isolada, talvez até não necessitando mais que se faça  
1437 a supressão de vegetação. E a gente teria a rede e a vegetação  
1438 ali coexistindo. Obviamente que isso depende de um projeto, de  
1439 verificação no local e tudo, mas diante desse imbróglio colocado,  
1440 e eu acredito que pelas balizas legais a gente não tenha muita





**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

1441 margem de manobra, a Órigo vai ter que aprofundar mais nessa  
1442 questão técnica. E eu me coloco à inteira disposição da Bruna, do  
1443 Jonas, para me procurar. Autorizo, inclusive, a SUPRAM Zona da  
1444 Mata a informar os meus contatos a eles, caso aqui o processo  
1445 seja de fato indeferido, o pedido deles. Está bom? Muito  
1446 obrigado.” Presidente Kamila Esteves Leal: “Ok, Sr. Igor. Obrigada.  
1447 Mais algum Conselheiro quer fazer algum questionamento ao IEF  
1448 ou fazer alguma manifestação a respeito desse item? E se o IEF  
1449 também quiser se manifestar, acrescentar algo também, é só  
1450 falar que eu concedo a palavra. Verificando no chat e também  
1451 aqui pelos Conselheiros, nós não temos nenhum com a mão  
1452 levantada. A gente pode deliberar esse item, colocar em votação.  
1453 Somente para esclarecimento, aquele Conselheiro que votar  
1454 favorável, ele está votando pelo indeferimento, de acordo com o  
1455 parecer do IEF, e contrário é contrário ao parecer de  
1456 indeferimento do IEF. Então nós temos primeiro, pela SEAPA, Sr.  
1457 Wellington Dias, como vota?” Conselheiro Wellington Dias Silveira:  
1458 “Senhora Presidente, eu vou me abster.” Presidente Kamila  
1459 Esteves Leal: “Ok. O senhor precisa justificar a abstenção, por  
1460 favor.” Conselheiro Wellington Dias Silveira: “Ok. Porque no meu  
1461 ponto de vista, ambientalmente, a compensação vale mais a  
1462 pena, mas como foi frisado aí pelo colega do Ministério Público, o  
1463 Sr. Lucas, a gente também não pode votar contrário a um  
1464 dispositivo legal. E muitas vezes, para mim, esses dispositivos  
1465 legais nem sempre são melhores para o meio ambiente, então,  
1466 nesse caso principalmente. Ok? Então por isso eu vou me abster.”  
1467 Presidente Kamila Esteves Leal: “Ok. Obrigada. Pela SEDE, Sr.  
1468 Igor Messias, ele declarou suspeição, então ele está impedido.  
1469 Pela SEE, Sra. Karine Consuelo, como vota?” Conselheira Karine  
1470 Consuelo Cunha: “Eu gostaria de me abster, Senhora Presidente.



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

1471 Eu tive um problema de conexão e eu não consegui acompanhar  
1472 a discussão do processo nesse momento.” Presidente Kamila  
1473 Esteves Leal: “Ok. Pela SEINFRA, Sr. José Tadeu, como vota? Sr.  
1474 José Tadeu, pela SEINFRA? Ele votou favorável pelo chat. Pela  
1475 EPAMIG, Sr. Fúlvio Rodriguez, como vota?” Conselheiro Fúlvio  
1476 Rodriguez Simão: “Favorável ao parecer do IEF.” Presidente  
1477 Kamila Esteves Leal: “Ok. Obrigada. Pela SEDESE, Sra. Sandra  
1478 Guimarães, como vota?” Conselheira Sandra Meire Guimarães:  
1479 “Favorável.” Presidente Kamila Esteves Leal: “Ok. Obrigada. Pela  
1480 PMMG, 1º Tenente Flávio, como vota?” Conselheiro 1º Tenente  
1481 Flávio Borges Silva: “Favorável ao parecer do IEF.” Presidente  
1482 Kamila Esteves Leal: “Ok. Obrigada. Pelo CREA-MG, Sr. José Hugo,  
1483 como vota?” Conselheiro Sr. José Hugo: “Vou votar contrário.”  
1484 Presidente Kamila Esteves Leal: “Contrário? O senhor pode  
1485 justificar, por favor?” Conselheiro José Hugo Rodrigues: “A minha  
1486 justificativa é o que eu já relatei antes. Eu achei que o traçado  
1487 que eles propuseram é um traçado mais viável, tanto olhando o  
1488 lado ambiental como o lado de segurança, que uma rede elétrica  
1489 ela tem vários critérios para ser construída assim de tal forma  
1490 que às vezes a segurança em determinado momento fale mais  
1491 alto, apesar da engenharia achar solução para tudo, mas têm  
1492 momentos que torna inviável a posição. E pelo que foi dito  
1493 também por nosso companheiro Igor, as redes atualmente que  
1494 estão sendo construídas nesse segmento, pelo que a gente vem  
1495 observando no dia a dia, já são redes com condutores, não é o  
1496 isolado igual ele falou que também com um custo altíssimo. Mas  
1497 as próprias concessionárias e essas usinas que estão propondo  
1498 esse tipo de investimento elas já estão usando um tipo de  
1499 condutor que eles denominam protegido que eles convivem bem  
1500 com a vegetação, com árvores, e então talvez não há



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de 2022**

1501 necessidade de suprimir tanto assim, apesar que a faixa com a  
1502 rede dessa aí a faixa de servidão é 7,5 metros para cada lado.  
1503 Então não é uma coisa muito drástica, não é? E o traçado dessa  
1504 rede aí é pequeno da usina, parece que até na cidade pelo  
1505 desenho que essa menina mostrou aí, parece que a extensão é  
1506 pequena, então não vejo assim, igual eu falei na minha colocação,  
1507 os danos lá são menores que os benefícios que vão ser prestados  
1508 ao meio ambiente.” Presidente Kamila Esteves Leal: “Ok.  
1509 Obrigada, Sr. José Hugo. Pelo MPMG, Dr. Lucas Silva e Greco,  
1510 como vota?” Conselheiro Lucas Silva e Greco: “Sou favorável ao  
1511 parecer técnico, Presidente.” Presidente Kamila Esteves Leal: “Ok.  
1512 Obrigada. Pela Prefeitura de Pains, Sra. Ana Luiza, como vota? Ela  
1513 votou favorável ao parecer pelo chat. Pela FIEMG, Sr. Túlio Pereira  
1514 de Sá, como vota?” Conselheiro Túlio Pereira de Sá: “Eu vou me  
1515 abster da votação porque, apesar de quando a gente fala dessa  
1516 alternativa locacional, a gente tem que avaliar alguns pontos  
1517 específicos. O empreendedor não tem a anuência do proprietário  
1518 para poder colocar do outro lado onde vai causar menos impacto.  
1519 Tem a questão também quando a gente fala da rede elétrica igual  
1520 citado pelos nossos amigos José Rodrigues. Esse trajeto também  
1521 que achei importante avaliar em uma situação específica dessa.  
1522 Mas também pelo outro lado nós temos a legislação que trava as  
1523 características que podem estar à tona naquele local, então por  
1524 isso vou me abster nesse ponto.” Presidente Kamila Esteves Leal:  
1525 “Ok. Obrigada. Pela FAEMG, Sr. Ivan Geraldo, como vota?”  
1526 Conselheiro Ivan Geraldo Borges: “Presidente, eu vou me abster  
1527 da votação porque, ouvindo as palavras do Ministério Público e o  
1528 pessoal do CREA, representante do CREA e o Igor, da CEMIG, eu  
1529 acho que deve ser feita uma nova avaliação a respeito desses  
1530 cabos causando um menor impacto na nossa Mata Atlântica. E



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

1531 apesar de ser uma energia renovável, acho que dá para a gente  
1532 pensar em uma coisa melhor. Acho que aprofundar nesse estudo  
1533 desses cabos, alguma coisa desse tipo.” Presidente Kamila  
1534 Esteves Leal: “Ok. Obrigada. Pela FEDERAMINAS, Sra. Cinara  
1535 Lucinei, como vota? A Sra. Cinara votou favorável no chat. Pela  
1536 AMPAR, Sr. Luís Henrique Silva, como vota?” Conselheiro Luís  
1537 Henrique Silva Rodrigues: “Diante dos fatos aí expostos das  
1538 discussões, eu concordo com o meu amigo Conselheiro José  
1539 Rodrigues. Eu sou contrário. Eu acho que deveria colocar na  
1540 balança o que que ela vai degradar e o que que ela vai deixar de  
1541 poluir. O carbono que ela vai deixar de emitir no meio ambiente,  
1542 então eu acho que deveria olhar isso com mais carinho, com mais  
1543 cuidado antes de indeferir, é o meu ver.” Presidente Kamila  
1544 Esteves Leal: “Ok. Obrigada. Pela APPA, Sr. Bruno Machado, como  
1545 vota?” Conselheiro Bruno Machado Kraemer: “Voto favorável,  
1546 Presidente.” Presidente Kamila Esteves Leal: “Ok. Obrigada. Pelo  
1547 Grupo AR, Sra. Regina Bento, como vota?” Conselheira Regina  
1548 Maria Bento: “Favorável.” Presidente Kamila Esteves Leal: “Ok.  
1549 Obrigada. Pela Associação Nordeste, Sr. Claiton Majela, como  
1550 vota?” Conselheiro Claiton Majela da Silva Miranda: “Eu voto  
1551 favorável, Presidente.” Presidente Kamila Esteves Leal: “Ok.  
1552 Obrigada. Pela PUC-MG, Sr. Professor Geraldo, como vota?”  
1553 Conselheiro Geraldo Tadeu Rezende Silveira: “Voto favorável ao  
1554 IEF, Senhora Presidente.” Presidente Kamila Esteves Leal: “OK.  
1555 Obrigada. Pela UEMG, Sr. Mauro César, como vota? Ele votou pelo  
1556 chat, favorável. Pela OAB/MG, Sr. Leandro, como vota? Pela OAB,  
1557 Sr. Leandro?” Conselheiro Leandro Eustáquio: “Eu estou falando e  
1558 o microfone está mutado. Me desculpa. Senhora Presidente, eu  
1559 votando favorável, eu estou votando a favor do parecer do órgão  
1560 ambiental, não é isso?” Presidente Kamila Esteves Leal: “Isso, do



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

1561 IEF. Isso.” Conselheiro Leandro Eustáquio: “Eu confesso que ao  
1562 longo da votação, na hora que a Senhora colocou, estou  
1563 justificando o meu voto, a hora que a senhora colocou em  
1564 votação eu tendi para os dois lados o tempo inteiro. Eu respeito a  
1565 opinião de quem se absteve pela necessidade, igual disse um  
1566 colega há pouco, de seu pesar a tudo isso, mas eu vou me ater  
1567 muito ao que fala a Lei da Mata Atlântica. E nesse ponto, como eu  
1568 falo pela OAB, estou falando mais pela Ordem, pela posição que  
1569 eu ocupo nesse conselho do que por mim mesmo enquanto  
1570 advogado. Eu vou a favor do parecer do órgão ambiental,  
1571 favorável, portanto.” Presidente Kamila Esteves Leal: “Ok.  
1572 Obrigada, Sr. Leandro. Então nós temos o resultado de  
1573 deferimento, favorável ao parecer do IEF, que são 13 votos.  
1574 Tivemos 2 votos contrários ao parecer, 4 abstenções e tivemos 1  
1575 suspeição/impedimento. O parecer de indeferimento se mantém.  
1576 Não temos mais processos. Mas passaremos, então, para o item 8,  
1577 que é uma palestra”. **8. COLETA SELETIVA: ATUAÇÃO DOS**  
1578 **CONSÓRCIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA GESTÃO DE**  
1579 **RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E CAMPANHAS DE**  
1580 **COMUNICAÇÃO PARA COLETA SELETIVA. APRESENTAÇÃO:**  
1581 **SUBSECRETARIA DE GESTÃO AMBIENTAL E SANEAMENTO -**  
1582 **SUGES/SEMAD.** Presidente Kamila Esteves Leal: “A realização  
1583 da coleta seletiva é obrigatória para todos os municípios e  
1584 fundamental para que se cumpra os objetivos da Política Nacional  
1585 de Resíduos Sólidos, possibilitando o retorno dos materiais  
1586 recicláveis à cadeia produtiva. Nesse sentido, a atuação dos  
1587 consórcios públicos intermunicipais possibilita maior viabilidade  
1588 técnica e econômica, financeira na gestão dos resíduos sólidos  
1589 urbanos, incluída a comercialização dos recicláveis. Convido a  
1590 palestrante Juliana Oliveira de Miranda Pacheco. Juliana é Diretora



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

1591 de Resíduos Sólidos Urbanos e Drenagem de Águas Pluviais da  
1592 SEMAD. Servidora pública do SISEMA, graduada em arquitetura e  
1593 urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais, e  
1594 especialista em engenharia sanitária pela UFMG. Essa  
1595 apresentação, a Juliana é da Subsecretaria de Gestão Ambiental e  
1596 Saneamento - SUGES/SEMAD. A Juliana tem 30 minutos para a  
1597 sua apresentação. E os Conselheiros poderão se manifestar ao  
1598 final. Nós teremos o momento de 20 minutos para perguntas. Nós  
1599 não tivemos inscritos para a palestra, então nós não teremos a  
1600 manifestação dos inscritos. Mas os Conselheiros vão poder  
1601 manifestar, questionar, fazer alguma pergunta para a Juliana,  
1602 então eu passo a palavra para a Juliana.” Juliana Pacheco,  
1603 SUGES/SEMAD: “Boa tarde a todos. Vocês estão me ouvindo  
1604 direitinho?” Presidente Kamila Esteves Leal: “Estamos, Juliana.”  
1605 Juliana Pacheco, SUGES/SEMAD: “Tá joia. Eu vou colocar a  
1606 apresentação na tela. Só um minuto. Vocês conseguem ver a  
1607 apresentação? Só para confirmar. Pessoal, vamos falar então  
1608 sobre a coleta seletiva e a atuação dos consórcios públicos  
1609 intermunicipais na gestão dos resíduos sólidos urbanos. E um  
1610 pouco também sobre campanha de comunicação para coleta  
1611 seletiva. Primeiramente eu trago aqui que a limpeza urbana,  
1612 como sabemos, a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos  
1613 é um dos componentes do saneamento básico. Não somente  
1614 abastecimento de água e esgotamento sanitário, mas também a  
1615 limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos e a drenagem e  
1616 manejo de águas pluviais são componentes do saneamento  
1617 básico. E as diretrizes para o saneamento estão dispostos na Lei  
1618 Federal 11.445/2007, que traz as diretrizes nacionais para o  
1619 saneamento e que foi alterado em 2020 pela Lei Federal 14.026.  
1620 O novo marco regulatório do saneamento, que veio aprimorar as



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de 2022**

1621 condições estruturais e estruturantes também do saneamento no  
1622 país. Com relação aos resíduos sólidos, nós temos dois marcos  
1623 importantes que são: a Política Estadual de Resíduos Sólidos de  
1624 2009, que é a Lei 18.031 e, logo em seguida, a Política Nacional  
1625 de Resíduos Sólidos publicado em 2010, que é a Lei 12.305.  
1626 Trazendo o recorte dos resíduos sólidos urbanos, que é o assunto  
1627 que a gente foca aqui hoje, a gente tem na Política Nacional de  
1628 Resíduos Sólidos a definição dos resíduos sólidos urbanos como  
1629 sendo os resíduos domiciliares e os resíduos de limpeza urbana.  
1630 Os domiciliares são os gerados nas atividades domésticas. E os  
1631 de limpeza urbana são os resíduos de varrição, limpeza de  
1632 logradouros, espaços públicos e outros serviços de limpeza  
1633 urbana. E a gente tem também os resíduos de estabelecimentos  
1634 comerciais e prestadores de serviços que, dependendo da  
1635 quantidade e sendo de qualidade similares aos resíduos  
1636 domiciliares, eles podem também ser considerados resíduos  
1637 sólidos urbanos. Então, vamos falar da coleta seletiva desses  
1638 resíduos. A titularidade para gestão dos resíduos sólidos urbanos  
1639 é do município, então o município aí define as diretrizes para essa  
1640 gestão. A Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Lei 12.305, ela  
1641 trouxe vários pontos importantes, dentre eles um dos objetivos  
1642 da Política Nacional que é a hierarquia na gestão dos resíduos  
1643 sólidos urbanos. Então a gente tem como prioridade a não  
1644 geração de resíduos. Não sendo possível não gerar, a redução dos  
1645 resíduos gerados. Em seguida, a reutilização, reciclagem e  
1646 tratamento. E, por fim, a disposição final ambientalmente  
1647 adequada somente dos rejeitos, ou seja, somente daquele  
1648 material que não tem viabilidade técnica e econômica de ser  
1649 reaproveitado. Como instrumentos, a Política Nacional de  
1650 Resíduos Sólidos, ela traz também dois pontos importantes que



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

1651 são, dentre vários outros, a coleta seletiva que é fundamental e  
1652 essencial para que se consiga cumprir a hierarquia na gestão dos  
1653 resíduos. E também o incentivo à adoção de consórcios públicos,  
1654 como forma de cooperação entre os municípios para o avanço na  
1655 gestão adequada dos resíduos sólidos, elevando os custos,  
1656 elevando os ganhos de escala e reduzindo os custos individuais.  
1657 Dentre os objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos a  
1658 gente tem também a integração dos catadores e como  
1659 instrumento o incentivo à criação e ao desenvolvimento dessas  
1660 organizações de catadores, por cooperativas ou outras formas de  
1661 associação. Trazendo aqui agora o conceito de coleta seletiva  
1662 definido na Política Nacional de Resíduos Sólidos, a gente tem  
1663 como a coleta de resíduos previamente segregados conforme sua  
1664 constituição ou composição. É importante que essa segregação  
1665 seja feita na fonte geradora, nos casos os resíduos sólidos  
1666 urbanos, principalmente nos domicílios. E o município institui a  
1667 forma de segregação e a forma de coleta. A segregação, na  
1668 maioria dos municípios que hoje realizam coleta seletiva em  
1669 Minas, é binária, do tipo separando o lixo seco e lixo úmido. O lixo  
1670 seco, os resíduos passíveis de serem reciclados, e no úmido  
1671 rejeito matéria orgânica. Mas é importante que a gente caminhe  
1672 para instituir também a coleta tríplice, de forma que a gente  
1673 consiga o maior aproveitamento também do orgânico, que é a  
1674 maior parcela dos resíduos sólidos urbanos. Em torno de 50% dos  
1675 resíduos sólidos urbanos é composta por matéria orgânica. Com  
1676 relação à coleta, a gente tem duas formas: coleta porta a porta,  
1677 geralmente, e ponto de entrega voluntária. A coleta porta a porta  
1678 é importante destacar que é importante que ela seja feita por  
1679 caminhões que não façam compactação dos recicláveis para que  
1680 eles sejam melhores aproveitados, ou seja, utilizando caminhões





**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

1681 gaiola, baú. E deixando o caminhão compactado somente para os  
1682 rejeitos. E a gente tem também os pontos de entrega voluntária  
1683 onde a própria população deposita os recicláveis e é uma forma  
1684 de coleta que demanda maior educação ambiental,  
1685 conscientização e mobilização da população para a gente  
1686 conseguir um volume maior de resíduos coletados. Em Minas, a  
1687 gente tem como estruturas de triagem de resíduos sólidos  
1688 urbanos as unidades de triagem e compostagem, as UTCs. Nas  
1689 UTCs os resíduos recicláveis devem chegar preferencialmente  
1690 separados do rejeito da matéria orgânica. Não ter sido feita a  
1691 triagem dos resíduos por tipo. A matéria orgânica coletada é  
1692 encaminhada para tratamento também no espaço de  
1693 compostagem. E na UTC também os recicláveis são enfardados,  
1694 prensados, enfardados para que sejam comercializados. E aí  
1695 entra uma atuação importante dos consórcios no sentido de, por  
1696 meio da junção de municípios, do agrupamento de municípios  
1697 com o mesmo objetivo, possam aumentar o volume de resíduos  
1698 de recicláveis a serem comercializados e, com isso, melhorar os  
1699 custos de venda. Como disposição final, nós temos hoje ainda  
1700 muitos municípios com disposição e lixão ou aterro controlado,  
1701 que são estruturas inadequadas e irregulares de disposição sem  
1702 critérios técnicos. Mas parte dos municípios também já tem à  
1703 disposição em aterros sanitários, que são as estruturas  
1704 regularizáveis para disposição final de rejeitos. Os aterros  
1705 sanitários, é necessário que tenha impermeabilização de base  
1706 para proteção do solo e das águas subterrâneas e superficiais,  
1707 drenagem e tratamento do lixo enviado, drenagem e tratamento  
1708 dos gases, recobrimento de área dos resíduos, revegetação das  
1709 células encerradas, tudo isso como elemento de proteção  
1710 ambiental e minimização dos impactos. Considerando que ainda



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

1711 temos municípios com lixões, a Política Nacional de Resíduos  
1712 Sólidos em 2010, ela definiu prazo de até 4 anos para o fim dos  
1713 lixões, ou seja, até 2014. E em 2020, o novo marco legal do  
1714 saneamento prorrogou esses prazos, alterando o art. 54, da  
1715 Política Nacional de Resíduos Sólidos. A disposição final dos  
1716 rejeitos foi determinada que ela deveria ser implantada até  
1717 dezembro de 2020, exceto para um grupo de municípios que  
1718 tivessem até essa data, dezembro de 2020, planos municipais ou  
1719 intermunicipais de gestão de resíduos sólidos. E que também  
1720 dispusessem de mecanismos de cobrança pela prestação dos  
1721 serviços. Então, para esses municípios nessas condições, eles  
1722 tiveram prazo prorrogado até no máximo 2024, dependendo da  
1723 faixa populacional do município. Trazendo agora o panorama do  
1724 Estado de Minas Gerais com relação à destinação de resíduos  
1725 sólidos urbanos, nós temos aqui em verde os municípios que hoje  
1726 possuem a destinação regularizada dos resíduos sólidos. Então,  
1727 dos 853 de Minas, a gente tem 469 em situação regularizada, que  
1728 são os municípios que destinam os resíduos à UTC - Unidade de  
1729 Triagem e Compostagem ou aterros sanitários com a licença  
1730 ambiental. Os em amarelos são não regularizados, que são 76  
1731 municípios. Esse panorama é de dezembro de 2021. 76 não  
1732 regularizados que são municípios que destinam a aterros ou UTCs,  
1733 mas que não possuem licença ambiental. Em cinza os municípios  
1734 ainda irregulares. São 308 em Minas que ainda destinam seus  
1735 resíduos a lixões ou aterros controlados. Aqui a gente traz a  
1736 evolução da destinação dos resíduos em Minas de 2001 a 2021.  
1737 Em 2001, nós tínhamos 30 municípios regularizados apenas. Foi  
1738 quando foi publicada a DN-COPAM nº 52, de 2001, iniciando a  
1739 convocação dos municípios para regularização da destinação de  
1740 resíduos urbanos. Depois de 20 anos, ao final e 2021, nós temos



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

1741 469 municípios em situação regular, e 308 ainda em lixões. Esses  
1742 469 municípios eles representam 71% da população urbana do  
1743 estado. A gente tem aí um desafio de se chegar a 100% para  
1744 atendimento para a universalização da prestação dos serviços de  
1745 destinação de resíduos sólidos no estado. Trazendo aqui um  
1746 panorama por SUPRAM. A gente na SUPRAM ASF, em termos de  
1747 população urbana, cerca de 29% da população urbana atendida  
1748 por destinação regularizada, mas ainda 59% com destinação a  
1749 lixões de forma irregular. Com relação ao número de municípios a  
1750 SUPRAM ASF tem 61 municípios, então desses 61, 36 ainda são  
1751 irregulares e 19 em situação regularizada. Trazendo agora um  
1752 panorama da coleta seletiva. Nós temos em verde os municípios  
1753 de Minas que realizam a coleta seletiva. São 234. E considerando  
1754 aqui o recorte da SUPRAM ASF, que tem 61 municípios, nós temos  
1755 27 realizando a coleta seletiva, pouco menos da metade.  
1756 Entrando agora na importância dos consórcios públicos  
1757 intermunicipais, a gente reforça que, tanto a Política Nacional de  
1758 Resíduos Sólidos quanto o novo marco regulatório do saneamento  
1759 reforçaram o entendimento da importância para os municípios,  
1760 principalmente para os de menor porte, menor poder de  
1761 pagamento, de trabalhar de forma consorciada a Gestão dos  
1762 Resíduos Sólidos Urbanos como forma de possibilitar a viabilidade  
1763 técnica, ambiental e econômico financeira na gestão dos resíduos.  
1764 Conseguirem ganhos de escala e redução dos custos individuais.  
1765 No caso da coleta seletiva com relação à questão da venda dos  
1766 recicláveis e, com isso, otimizar recursos financeiros, humanos e  
1767 técnicos. Uma vez que os consórcios em conjunto os municípios  
1768 que têm maior capacidade de avançarem nas redes urbanas. E a  
1769 SEMAD tem trabalhado nas ações de fortalecimento dos  
1770 consórcios por meio de Termos de Cooperação Técnica. Então,



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de 2022**

1771 hoje em Minas, a gente tem 35 consórcios que atuam na gestão  
1772 de resíduos sólidos urbanos, cerca de 35. E temos Termos de  
1773 Cooperação Técnica celebrados com 19 desses consórcios como  
1774 uma forma mesmo de aproximação do estado e dos municípios. E  
1775 de atuarmos na orientação e apoio técnico a esses municípios  
1776 para que eles avancem na gestão dos resíduos sólidos urbanos.  
1777 Trazendo aqui agora o mapa dos consórcios em Minas, em torno  
1778 de 35. Considerando que o recorte da SUPRAM ASF, nós temos  
1779 dois consórcios de maior como é a maior concentração de  
1780 municípios que são CIAS Centro Oeste, com sede em Divinópolis,  
1781 que é esse aqui o bege mais claro, que tem abrange em cerca de  
1782 35 municípios. E o CICANASTRA, aqui um pouco menor, na região  
1783 de Piumhi, com sede em Piumhi, que abrange 8 municípios.  
1784 Temos outros municípios também na SUPRAM ASF que não são  
1785 consorciadas e alguns que fazem parte de outros consórcios, de  
1786 outras regiões do estado aqui. Falando um pouco do CIAS Centro  
1787 Oeste. Ele é composto por 35 municípios. População significativa,  
1788 cerca de 670 mil habitantes. A sede está em Divinópolis. Os  
1789 municípios aqui com bolinha em vermelho são os que ainda  
1790 possuem lixões. São 20 municípios desses 35. Os hachurados são  
1791 os que realizam a coleta seletiva. São 12. E o consórcio CIAS  
1792 Centro Oeste ele vem trabalhando em um processo de  
1793 estruturação para concessão dos serviços de manejo de resíduos  
1794 sólidos urbanos. Eles estão em fase inicial de diagnóstico.  
1795 Finalizando essa etapa inicial do diagnóstico para partir para os  
1796 Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental,  
1797 estruturação do contrato, consulta pública e licitação para a  
1798 concessão da prestação dos serviços, desde a coleta até a  
1799 destinação final dos resíduos sólidos urbanos do consórcio. O  
1800 CICANASTRA é um consórcio um pouco menor com sede em



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de 2022**

1801 Piumhi, 8 municípios integrantes. População urbana cerca de 70  
1802 mil habitantes e eles têm avançado bastante com relação à  
1803 coleta seletiva. E a gente traz aqui o exemplo do município de  
1804 Piumhi. Não só Piumhi, mas esses outros aqui em hachurado,  
1805 Capitólio, Pimenta, Córrego Fundo. Também Doresópolis e  
1806 Vargem Bonita estão caminhando com a coleta seletiva e, apesar  
1807 de recente, eles têm avançado nas ações de coleta seletiva.  
1808 Trazendo o exemplo de Piumhi, o município possui uma  
1809 associação de catadores. A Associação ViraCer de Piumhi, a AVIPI,  
1810 criada em 2019. Conta com 6 associados trabalhando aí na coleta  
1811 seletiva e no retorno dos recicláveis à cadeia produtiva. O  
1812 transporte dos recicláveis, a coleta de fato, é feita com apoio da  
1813 prefeitura, mas com a participação direta também ativa dos  
1814 associados. E esse ponto é importante porque, indo de porta em  
1815 porta, os associados conseguem uma mobilização maior da  
1816 população, e aumentar o volume de resíduos que é encaminhado  
1817 para a reciclagem. A associação de Piumhi também consegue  
1818 fazer a comercialização dos recicláveis em rede, o que melhora os  
1819 preços de venda. E também tem parcerias com grandes  
1820 geradores da região, de resíduos da região. Com relação à  
1821 conscientização e campanhas de mobilização, o município realiza  
1822 junto com a associação, eles têm um termo de cooperação  
1823 técnica entre o município, os grandes geradores da região, o  
1824 consórcio e a associação de catadores. E eles trabalham juntos  
1825 com oficinas de conscientização para os funcionários das  
1826 prefeituras, escolas, unidades básicas de saúde que também  
1827 fazem trabalho porta a porta de conscientização. E com isso vão  
1828 avançando aí nas campanhas de mobilização também. Trazendo  
1829 agora uma ação da SEMAD desenvolvida com objetivo de  
1830 fortalecer a coleta seletiva. E com a participação dos consórcios



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de 2022**

1831 nós tivemos em 2021 e 2022 a publicação de dois editais de  
1832 chamada pública para seleção de projetos de coleta seletiva de  
1833 municípios e consórcios com o objetivo de fortalecer essas ações  
1834 em cada município e consórcio. Os selecionados em 2021 foram  
1835 consórcios aqui da região de Jequitinhonha e um do Triângulo. Em  
1836 2022, alguns aqui da Zona da Mata e Sul. E esses consórcios eles  
1837 celebraram convênios com a SEMAD para aquisição de  
1838 equipamentos para coleta seletiva, tanto coleta quanto  
1839 equipamentos para os galpões e unidades de triagem mesmo,  
1840 galpões de catadores e unidades de triagem, balança, prensa,  
1841 enfardadeira, mesa de triagem, de acordo com a proposta que  
1842 cada um apresentou. E, nesse sentido também, a gente tem uma  
1843 ação da SEMAD de apoio aos municípios na implantação ou  
1844 ampliação da coleta seletiva. Elaboramos um manual que foi  
1845 publicado em 2021 detalhando todas as etapas de implantação e  
1846 operação, de forma a subsidiar os municípios e auxiliá-los no  
1847 avanço da gestão adequada dos resíduos sólidos urbanos. Pessoal,  
1848 essa foi a apresentação. E nós estamos à disposição para  
1849 esclarecimentos na Diretoria de Resíduos Sólidos Urbanos e  
1850 Drenagem de Águas Pluviais que faz parte da Subsecretaria de  
1851 Gestão Ambiental e Saneamento da SEMAD. Obrigada. Estou à  
1852 disposição.” Márcio Muniz, DRCP/SUPRAM ASF: “Senhora Juliana,  
1853 nós agradecemos a exposição dessa belíssima apresentação  
1854 sobre algo tão importante que trouxe dados aqui da nossa  
1855 regional. Senhores Conselheiros, estou utilizando a palavra  
1856 considerando que a nossa Presidente, por um momento, teve que  
1857 se ausentar. E, nesse momento, eu disponibilizo a palavra a  
1858 algum Conselheiro que queira fazer algum questionamento,  
1859 alguma indagação, alguma pontuação à explanação que agora foi  
1860 feita pela nossa colega Juliana. Eu estou vendo que o Conselheiro



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

1861 Igor levantou a mão, da SEDE. Conselheiro Igor, o senhor tem a  
1862 palavra para se manifestar.” Conselheiro Igor Messias da Silva:  
1863 “Obrigado. Juliana, parabéns pela apresentação. Fiquei muito feliz,  
1864 principalmente por saber das ações em Piumhi, que é a minha  
1865 terra especificamente. É muito bom saber. E a minha dúvida é  
1866 mais lá no início da apresentação, no gráfico, quando você  
1867 apresentou os municípios que têm, estão regularizados, não  
1868 regularizados e os que estão irregulares. Vocês consideram  
1869 regularizado aquele município, mesmo que ele não tenha o aterro  
1870 sanitário ou UTC, mas que ele faça envio desse material para  
1871 outro município regularizado? Esse município que não tem  
1872 nenhum aterro ou UTC, ele entra como regularizado?” Juliana  
1873 Pacheco, SUGES/SEMAD: “Igor, boa tarde. Sim. Ali a gente está  
1874 considerando os municípios que têm destinação regularizada,  
1875 seja no próprio aterro ou de forma consorciada, compartilhada  
1876 com outros municípios. Estão considerados ali também dentre os  
1877 469 regularizados.” Conselheiro Igor Messias da Silva: “Perfeito,  
1878 Juliana. Porque há uma outra, você me corrige se eu estiver  
1879 errado, mas uma outra modalidade é que existe também, é o  
1880 envio dos resíduos domiciliares para outro município e, por  
1881 exemplo, para um aterro sanitário particular, paga-se para dispor  
1882 ali. Não necessariamente é consórcio, nem nada, mas o município  
1883 está destinando de forma regularizada, então ele é considerado  
1884 regularizado. Correto?” Juliana Pacheco, SUGES/SEMAD: “Isso. A  
1885 destinação sendo regularizada, seja aterro público ou privado,  
1886 aterro próprio do município consorciado ou privado, ele está  
1887 considerado ali nos 469. A gente faz essa apuração  
1888 trimestralmente com base na emissão das licenças. A gente  
1889 também procura contato com os municípios e consórcios no caso  
1890 de licenças emitidas pelo próprio município, os que têm a



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

1891 competência de emitir a licença. E também com relação ao ICMS  
1892 ecológico. Com base no cadastro do ICMS a gente consegue  
1893 também apurar trimestralmente a situação desses municípios.”  
1894 Conselheiro Igor Messias da Silva: “Perfeito. Muito obrigado.”  
1895 Juliana Pacheco, SUGES/SEMAD: “Fazemos contato também com  
1896 os aterros privados para verificar os municípios que estão  
1897 realizando a disposição, confirmar os municípios que estão  
1898 realizando a disposição, pedimos os contratos, cópias de  
1899 documentos todos para comprovar a disposição até mesmo para  
1900 cadastrá-los no ICMS ecológico.” Conselheiro Igor Messias da Silva:  
1901 “Excelente. Não foge nada ao radar, vamos dizer assim. Eu acho  
1902 muito boa a ideia de estimular os consórcios, porque essa  
1903 modalidade de envio do material de um município até o outro é  
1904 algo extremamente oneroso, se não for feito de forma  
1905 consorciada, aproveitando as sinergias locais ali, às vezes  
1906 leva distâncias absurdas. Você tem impactos ambientais relativos  
1907 a consumo de combustível, emissão de CO<sub>2</sub>, a coisa vai só  
1908 aumentando o impacto, então é só parabenizar mesmo. Esse  
1909 trabalho de consórcio ele é muito interessante e ele precisa  
1910 avançar em alguns flancos. Eu acompanhei o início do  
1911 CICANASTRA em Piumhi, por exemplo, e a gente tinha na  
1912 população, às vezes, um certo receio do seguinte: “O que? Vão  
1913 trazer lixo de outra cidade para a minha cidade? Como assim?” Aí  
1914 é explicar: “Não. É um aterro sanitário. Não tem impacto e tal”.  
1915 Mas há uma necessidade de a população entender melhor essa  
1916 dinâmica de consórcios assim, às vezes, eu acho.” Juliana  
1917 Pacheco, SUGES/SEMAD: “Sim. É verdade. A gente tem essas  
1918 dificuldades e a gente vem tentando superar com a educação  
1919 ambiental, conscientização e tudo mais. Obrigada, Igor.”  
1920 Presidente Kamila Esteves Leal: “Ok. Obrigada. Senhora Sandra,





**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de 2022**

1921 só um momento porque o Dr. Lucas Silva e Greco ele está com a  
1922 mão levantada. Ele pediu também no Chat. Eu vou conceder para  
1923 ele e depois eu concedo para a senhora, ok? Doutor Lucas, o  
1924 senhor está com a palavra.” Conselheiro Lucas Silva e Greco:  
1925 “Obrigado, Presidente. Eu só pedir para voltar, compartilhar os  
1926 contatos da Juliana porque a gente precisa estar trabalhando  
1927 junto da Juliana. Essa situação, fazer um contato com a senhora.  
1928 A gente está fazendo esse trabalho também aqui na região do  
1929 Alto São Francisco. Eu acho que é importante unirmos nossos  
1930 esforços, não é? Obrigado.” Juliana Pacheco, SUGES/SEMAD:  
1931 “Vocês estão vendo? Doutor Lucas, a gente até gostaria de  
1932 trabalhar junto com vocês na questão principalmente do CIA  
1933 Centro Oeste, o acompanhamento do Ministério Público.”  
1934 Conselheiro Lucas Silva e Greco: “Ok. Eu vou fazer um contato  
1935 com a senhora. Se quiser ir passando para outro Conselheiro  
1936 porque eu vou só anotar esses contatos aqui.” Presidente Kamila  
1937 Esteves Leal: “Ok. Obrigada. Senhora Sandra, da SEDESE, a  
1938 senhora está com a palavra.” Conselheira Sandra Meire  
1939 Guimarães: “Obrigada. Juliana, é muito interessante, eu não sei  
1940 se você falou isso, eu posso ter perdido no momento. Tem hora  
1941 que a gente tem que atender aqui as demandas, sobre o  
1942 Consórcio Centro Oeste, são 35 municípios e vocês estão na faixa  
1943 Norte. Eu queria saber o seguinte, esses 35 municípios já há um  
1944 termo firmado entre eles? Já há um consenso em relação a como  
1945 esse consórcio vai acontecer? E eu queria saber também se o  
1946 processo de elaboração, de construção, de diagnóstico e da  
1947 proposta de consórcio vai ter participação do controle social?  
1948 Vocês vão usar metodologias participativas ou não?” Juliana  
1949 Pacheco, SUGES/SEMAD: “Boa tarde, Sandra. O CIA Centro Oeste  
1950 é um consórcio formalizado mesmo já. Esse trabalho que eles



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de 2022**

1951 estão desenvolvendo lá com relação à concessão da prestação de  
1952 serviços de resíduos, ele tem sido desenvolvido com o apoio do  
1953 MDR, Ministério de Desenvolvimento Regional, e a gente tem  
1954 acompanhado pela SEMAD. São muitos municípios. Os 35 fazem  
1955 parte do projeto, mas é uma dificuldade mantê-los ali coesos,  
1956 evitar conflitos e tudo. A gente tem procurado atuar na medida do  
1957 possível para mantê-los ali até para dar viabilidade mesmo  
1958 econômica, financeira e técnica na gestão dos resíduos. Mas eles  
1959 são consórcios formalizados e, realmente, eles têm dificuldades  
1960 ali diversas que a gente tenta contornar. Eu perdi alguma  
1961 pergunta? Eu acho que perdi, não foi? Teve outra pergunta.”  
1962 Conselheira Sandra Meire Guimarães: “Não. Era isso. Ah, era o  
1963 processo. Se vocês vão, se vai ter...” Juliana Pacheco,  
1964 SUGES/SEMAD: “Ah, o controle social. Sim. Tem sido  
1965 desenvolvido pelo Ministério Público e com o nosso  
1966 acompanhamento. Mas a modelagem para a estruturação do  
1967 projeto, ela inclui consulta pública e a participação também. É  
1968 importante, a gente deve... Eles têm obrigatoriamente que  
1969 cumprir a Política Nacional de Resíduos e como novo marco legal  
1970 de saneamento.” Conselheira Sandra Meire Guimarães: “É só para  
1971 completar. Aqui tem um histórico mesmo de conflito quando vai  
1972 lidar com essa questão. A situação de Divinópolis é complicada. É  
1973 ainda uma cidade do porte que é, mais de 240 mil habitantes,  
1974 com um lixão ainda, assim, aterro controlado, mas que na  
1975 verdade, realmente não dá nem para dizer que é isso. Mas é  
1976 porque aqui a dificuldade é onde será. Onde que vai acontecer o  
1977 tratamento desse não recolhimento, se já foi definido esse local.  
1978 Esse é um ponto que costuma ser o gargalo. Como se diz, é  
1979 conflituoso aqui essa relação, mas a necessidade de avançar, até  
1980 porque tem um marco regulatório e prazo, mas há necessidade



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

1981 de avançar em relação à gestão aqui dos resíduos sólidos, para  
1982 mim é preocupante. Eu quero agradecer pela sua apresentação.  
1983 Foi ótimo ficar informada sobre essas ações que estão em  
1984 andamento.” Juliana Pacheco, SUGES/SEMAD: “Obrigada. O  
1985 consórcio ainda não tem definido o local de implantação da  
1986 estrutura de maior porte, seja ela qual for definida, mas os  
1987 municípios de maior porte são Divinópolis e Nova Serrana. Se não  
1988 me engano são os dois. Eles, na verdade, eles estão no final do  
1989 diagnóstico e vão agora começar a fase de modelagem da  
1990 concessão onde eles começam ali a fazer, a propor cenários e  
1991 definir os locais onde serão instaladas as estruturas todas.”  
1992 Presidente Kamila Esteves Leal: “Ok. Mais algum Conselheiro que  
1993 fazer uma pergunta, se manifestar? No chat eu também não  
1994 verifiquei nenhuma pergunta. E aqui também os Conselheiros não.  
1995 Quero agradecer a Juliana. Sua apresentação foi muito  
1996 esclarecedora e, realmente, é um ponto muito importante de ser  
1997 observado. Essa formação de consórcios, não só para a nossa  
1998 região, mas a gente, pensando em Minas Gerais como um todo. É  
1999 muito importante porque a gente sabe o problema, tanto social  
2000 quanto ambiental, que a gente tem com relação aos resíduos  
2001 sólidos. Isso vem a melhorar tanto do ponto de vista social,  
2002 econômico e ambientalmente também. Então, eu agradeço a sua  
2003 apresentação. Foi bem esclarecedora. Você quer falar alguma  
2004 coisa?” Juliana Pacheco, SUGES/SEMAD: “Obrigada. Me coloco à  
2005 disposição de todos vocês, da SUPRAM ASF também, do COPAM.  
2006 Para qualquer dúvida a gente está aí. Obrigada.” Presidente  
2007 Kamila Esteves Leal: “Obrigada, Juliana. Obrigada a toda SUGES  
2008 também. Nós vamos agora para o item 9.” **9. ENCERRAMENTO.**  
2009 Presidente Kamila Esteves Leal: “O Sr. José Rodrigues está com a  
2010 mão levantada. Desculpa. O senhor quer falar alguma coisa?”



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 155ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de**  
**2022**

2011 Perguntar para a Juliana? Do CREA.” Conselheiro José Rodrigues:  
2012 “Senhora Presidente, não, eu só estava batendo palminha para  
2013 ela. Foi muito bacana a apresentação.” Presidente Kamila Esteves  
2014 Leal: “Ah sim. Então está bom. Ok, obrigada, Sr. José Rodrigues.  
2015 Foi boa mesmo. Assim, nós vamos encaminhar para o  
2016 encerramento. Eu quero agradecer a todos os Conselheiros e à  
2017 equipe da SUPRAM, do IEF, à Juliana, da SUGES, pela participação  
2018 em mais uma Reunião Ordinária. E desejar uma boa tarde a todos  
2019 e até a próxima reunião. Obrigada. Boa tarde.”

2020

2021

2022

2023

\*\*\*\* \*\*

**APROVAÇÃO DA TRANSCRIÇÃO**

---

**Kamila Esteves Leal**

Superintendente Regional de Meio Ambiente do Alto São Francisco e  
Presidente Suplente da URC Alto São Francisco